



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**NARRATIVAS PARA O CALIFADO: CONSTRUÇÃO DO
ESTADO ISLÂMICO NA REVISTA DABIQ**

IRENE NISKIER CAYET

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**NARRATIVAS PARA O CALIFADO: CONSTRUÇÃO DO
ESTADO ISLÂMICO NA REVISTA DABIQ**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

IRENE NISKIER CAYET

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Narrativas para o Califado: Construção do Estado Islâmico na Revista Dabiq** elaborada por Irene Niskier Cayet.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Márcio Tavares D'Amaral
Doutor em Letras pela Faculdade de Letras - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

NISKIER, Irene.

Narrativas para o Califado: Construção do Estado Islâmico na Revista Dabiq. Rio de Janeiro, 2017.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

NISKIER, Irene. Narrativas para o Califado: Construção do Estado Islâmico na Revista Dabiq. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho apresenta a trajetória de formação do Estado Islâmico, especialmente em seu período de consolidação entre 2014 e 2016 como organização política que busca mimetizar o funcionamento de estados modernos. A análise considera o desenvolvimento da estratégia de comunicação do autointitulado califado, de seus produtos audiovisuais à presença em redes sociais, no que tange a construção de narrativas que apontam para uma compreensão dos elementos que tornam um estado, Estado. A partir da adoção de uma perspectiva da Análise do Discurso, o objeto primordial deste trabalho é a revista virtual publicada em diversos idiomas, inclusive o inglês, Dabiq, produzida pelo Estado Islâmico e os textos sobre as políticas públicas e estruturação do aparelho burocrático e de repressão do Califado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A INVENÇÃO DE UM CALIFADO	6
2.1 Uma Breve História do Estado Islâmico	6
2.2 Comunicando o Califado	15
2.3 A Dabiq	22
3. NARRATIVAS E ESTADO	28
3.1 O Que Faz De Um Estado, Estado	28
3.2 Comunicando as Dinâmicas Estatizantes do Califado	35
3.2.1 Burocracia, Economia e Serviços	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1. INTRODUÇÃO

Em 2009, o historiador, humanista e otimista Amin Maalouf publicou *O mundo em desajuste*, cuja edição em português chegou por cá em 2013 com uma sombria capa na qual figura a imagem de um globo terrestre com o Equador, os trópicos e meridianos demarcados com arame farpado. O subtítulo do livro especifica o desajuste: *quando nossas civilizações se esgotam* e sua primeira sentença se encarrega do recorte temporal: “Entramos no novo século sem bússola” (MAALOUF, 2013, p.11). Não há sutilezas. O ponto do autor é que o fim da Guerra Fria produziu a deterioração das referências morais em todo o mundo e que hoje a Humanidade vaga, ou, mais precisamente, se afunda num oceano de incertezas acerca de seu futuro. As afinidades ideológicas e as utopias foram substituídas por filiações identitárias definidas em contextos comunitários cuja universalização não é sequer uma questão colocada. Ao contrário, as vinculações religiosas, dominantes em nossos tempos, são frequentemente sectárias e não produzem senão violência. A agressão ao diferente não é novidade, mas a globalização contemporânea transporta discursos mais rápido do que é possível estimar seus efeitos.

Para Maalouf, é ao mundo árabe-muçulmano que este diagnóstico mais se aplica. O radicalismo religioso e o sentimento antiocidental se propagaram na região e na diáspora a partir da Revolução Iraniana em 1979. Com efeito, o fim da União Soviética ofereceu aos movimentos políticos islamitas a impulsão necessária para a ampliação de suas vozes e para a arregimentação crescente de muçulmanos exauridos pelas derrotas sofridas durante todo o século XX. Do imperialismo ao Egito de Nasser e ao Iraque de Saddam pai, os exemplos são múltiplos. A religião permitiu o reacendimento da autoestima deteriorada, mas não foi capaz de ocupar o espaço das legitimidades perdidas com o decorrer dos anos. Isso porque a categoria é definida por Maalouf como sendo “[...] o que permite aos povos e às pessoas aceitarem, sem excessiva imposição, a autoridade de uma instituição, personificada por indivíduos e considerada possuidora de valores compartilhados.” (*Ibidem*, p.105)

O Islã político não foi capaz de produzir um projeto, canalizar o desejo por mudança; apenas reuniu o ressentimento necessário para criar um massivo anseio pela aniquilação do diferente. Longe de absolver o Ocidente ou especificamente os Estados Unidos pelos malfeitos que jazem na origem da violência perpetrada contra si, o historiador distribui responsabilidades e oferece uma saída ao impasse pela chave da coexistência de culturas e valores e a partir dela na invenção de novas referências.

Este trabalho não se propõe a pensar soluções para o milênio, mas sim um fenômeno que ilustra com requinte a turbulência que atravessamos. O Estado Islâmico é um reflexo do fim das referências, do fortalecimento da identidade religiosa como marcador social, do acúmulo de mágoa árabe-muçulmana contra o Ocidente e, mais recentemente, da batalha, metafórica e material, que ganhou o nome de Guerra ao Terror. Sua visão de mundo e projeto para a Humanidade tem por base a violência e a intolerância e ao observador desatento parecem demonstrar um retorno a um tempo pré-moderno. Nada disso pode ser mais falso.

O Estado Islâmico provavelmente não poderia vir a existir em um tempo que não este e suas idiossincrasias estão profundamente imbuídas dos dilemas da Modernidade. Ao seu modo, procura responder aos anseios dos muçulmanos – sunitas; o recorte sectário é fundamental – com a promessa de um novo mundo, um novo califado, um novo Estado, enfim, um novo lar. Este trabalho enfoca a experiência do Estado Islâmico a partir de conceitos-chave das discussões sobre a modernidade: Soberania, Legitimidade, Guerra, Fundamentalismo Religioso, Estado. Este último elemento, está no cerne das perguntas colocadas aqui: O que é ser Estado? O que é ser um Estado islâmico? O que é ser Estado para o Estado Islâmico?

Apreender uma visão de mundo em sua totalidade é sempre um desafio excessivamente ambicioso. Para discutir as questões acima propostas foi feito um recorte e escolhida a revista do Estado Islâmico publicada virtualmente entre 2014 e 2016, a Dabiq, como objeto de análise. O periódico criado para fins propagandísticos teve quinze edições disponibilizadas em diversos idiomas, inclusive inglês, versão adotada por este trabalho. A despeito das transformações – editoriais e de design - pelas quais passou ao longo do tempo, em suas páginas, a Dabiq enfocou os temas

considerados relevantes para informar muçulmanos ocidentais sobre no que o Estado Islâmico – como entidade pretensamente monolítica – acredita como orientação ideológica para seu projeto de poder e o que o Estado Islâmico fez e faz para executá-lo. Foram identificadas atividades e áreas de atuação chave do processo de construção do Estado Islâmico, o que recebeu o nome de “frentes de ação estatizantes” e analisadas matérias e artigos que se debruçaram sobre elas.

No primeiro capítulo é apresentada uma História de formação do Estado Islâmico a partir dos eventos de 11 de setembro com ênfase para os efeitos da Guerra ao Terror no Iraque, aonde reside o germe do sectarismo, da retórica, ambições e formação de quadros do que viria a ser o EI. Esta linha do tempo também enfoca o contexto sírio a partir dos primeiros movimentos de contestação do regime de Assad em 2011 e como a fronteira entre os dois países ligados pelo Eufrates se dissolveu pouco a pouco, permitindo que grupos insurgentes se aproveitaram da instabilidade da região para travar uma guerra intrajihadista. O avançar do conflito produziu o fortalecimento e criou o terreno para a declaração de refundação do califado islâmico pelo então Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS, na sigla em inglês) em meados de 2014. Na sequência, é analisada a Estratégia de Comunicação Estratégica (ECE) do Estado Islâmico, isto é, o papel ocupado pelas ferramentas de divulgação e propaganda no esforço para promover o Califado como instituição política. Por fim, a Dabiq é apresentada como um dos instrumentos da ECE e descrita em termos de seu projeto editorial e referencial ideológico.

O segundo capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, discute-se, à luz de autores da Teoria do Estado e dos debates sobre guerras contemporâneas o que caracteriza o Estado moderno e possibilidades de enquadramento para o fenômeno do Estado Islâmico. O que esta teoria, alicerçada na experiência dos estados europeus a partir de Vestfália, pode oferecer para pensar o EI e quais os limites desta transposição? Quais são as especificidades da contemporaneidade que diferenciam o EI dos estados formados na era moderna? E ainda, qual a função da guerra como elemento fundamental para sua formação do Estado? Na segunda parte do capítulo, são analisadas as frentes de

ação estatizantes empreendidas pelo EI em sua missão de mimetizar o funcionamento do Estado moderno a partir do conteúdo da Dabiq com foco nos temas: prestação de serviços, estruturação da burocracia estatal e atividades econômicas.

Abordar um objeto contemporâneo impõe certos desafios. A questão das fontes é central e, no caso deste trabalho, é difícil inclusive determinar quais são as fontes primárias e quais figuram entre as secundárias. Foram utilizados relatos em primeira pessoa dos eventos descritos, entre vítimas da guerra, jornalistas em campo e militares. Por vezes, o mesmo sujeito se enquadra nas três categorias. Foram igualmente manipuladas análises sociológicas, geopolíticas e militares sobre os processos discutidos. A literatura especificamente sobre as estratégias de comunicação do Estado Islâmico esbarra igualmente nesta questão e possui uma dimensão de efemeridade que não deve ser ignorada; são trabalhos breves que abordam objetos que, com frequência, já não existem mais e não oferecem um referencial teórico para pensar a comunicação do EI de forma holística. A produção teórica sobre o Estado e as guerras são as fontes que escapam deste dilema.

Um segundo desafio é a imprecisão dos recortes temporais e a desatualização de certas informações. Quando a pesquisa foi iniciada, o EI era um objeto: um Estado-fantasma fortemente ameaçado pela coalizão que o atacava com sucesso no Iraque. A aposta dominante no final de 2016 era de que até meados de 2017 ele teria se transmutado de volta às suas origens: um movimento de insurgência no qual o projeto de Estado seja adiado ou ganhe ares de utopia. Ao longo deste ano de 2017, a população sob o controle do EI decresceu vertiginosamente e os territórios ocupados pelo grupo se reduziram a quase zero. Na Síria, a província de Deir az-Zor, principal fonte de receita para o EI em função de seus poços e refinarias, foi recuperada por Damasco no final de outubro e Raqqa, a capital *de facto* do Califado, deve cair no mês de novembro. Em junho, o analista político Hassan Hassan (2017) escreveu que o Estado Islâmico perderia sua face de Estado, mas a ambição seguirá existindo. Segundo o discurso oficial do grupo, o objetivo de reconstrução do Califado foi apenas retardado pelas contingências, mas ele continuará motivando a violência perpetrada em nome do Estado Islâmico ao redor do mundo, principalmente através de atentados.

Em outras palavras, o Estado Islâmico e sua visão de mundo não desaparecerão. Este trabalho, embora datado em relação aos eventos discutidos, permanece atual em função da necessidade de pensar a sofisticação do radicalismo islâmico e o papel ocupado pela comunicação em seus projetos de poder. A originalidade do projeto de poder do EI e sua capacidade de engajar – remota e fisicamente – dezenas de milhares de pessoas em nome da construção de um Estado teocrático merece lugar cativo nas reflexões sobre o início de nosso desajustado milênio.

2. A INVENÇÃO DE UM CALIFADO

O objetivo deste capítulo é introduzir o universo no qual a Dabiq emergiu de forma a contribuir para uma compreensão melhor contextualizada do que é e o que representa este periódico na construção de um discurso organizado pelo Estado Islâmico (EI) a respeito de seu projeto de poder. Para tal, o capítulo está dividido em três partes. A primeira consiste em uma breve cronologia dos eventos-chave – de 2001 a 2014 - que levaram à formação do EI e a chamada refundação do Califado islâmico¹. Na sequência, discute-se o emprego pelo EI de ferramentas multimídia, redes sociais e de sua presença virtual de forma mais ampla como estratégias para galvanizar apoio e formar militantes. O principal argumento aqui é de que, embora outros grupos e redes radicais islâmicas já utilizem, desde o começo dos anos 2000, a Internet e filmes para fins propagandísticos, o EI alterou, de forma sem precedentes, o quadro – em termos de extensão e sofisticação – da presença midiática *jihadista*. Por fim, a revista Dabiq é apresentada como um dos produtos da estratégia de comunicação estratégica (ECE) do EI e importante transmissor das visões de mundo, ambições e ações do grupo.

2.1 Uma Breve História do Estado Islâmico

Segundo o periódico Time Magazine², a partir de dados extraídos do IHS – Conflict Monitor, em maio de 2016, seis milhões de pessoas viviam em territórios controlados ou sitiados pelo autointitulado Estado Islâmico. Em 2014, esta população correspondia a dez milhões. Atendo-se a menor cifra, é possível compará-la ao contingente populacional de países como o Líbano, Paraguai ou Dinamarca, todos situados na faixa entre cinco e sete milhões de habitantes. O controle do território – que alcançou o ápice em 2014, foi reduzido, em setembro de 2017, a uma pequena faixa de terra no entorno do Eufrates ao longo da fronteira entre o Iraque e Síria e a fragmentos

¹Sistema de governo estabelecido após a morte do profeta Mohammed em 632 d.C. O califa é o “chefe muçulmano civil e religioso que se empenha na preservação da integridade do Estado e da crença.” (NAPOLEONI, 2016, p.15) Sua jurisdição é a Ummah (comunidade de fiéis ou comunidade universal de muçulmanos, a depender do contexto).

² BREMMER, I. **4 Reasons the War Against ISIS Is Working—and 1 Reason It’s Not**. Disponível em: <http://time.com/4319763/isis-coalition-war-iraq-syria/?iframe=true&preview=true> Acesso em: 30 de agosto de 2017.

espaciais da cidade de Raqqa na Síria, capital reivindicada do Califado³ – é apenas uma das faces do projeto político ambicionado: a construção de um Estado. Nem sempre foi assim. Se este Estado sequer existiu, existiu e está desmoronando ou ainda existe é uma grande questão. Neste capítulo a preocupação é compreender os antecedentes históricos – desde 2001 – que permitiram a emersão desse experimento de difícil definição que é o Estado Islâmico.

Um consenso entre os analistas do Oriente Médio e especialistas em terrorismo aparentemente vem sendo forjado a respeito das origens do EI. Numerosos autores (COCKBURN, 2015; KALDOR, 2015; NAPOLEONI, 2016; STERN & BERGER, 2015; WEISS & HASSAN, 2015) defendem a tese de que ele é produto do fracasso da Guerra ao Terror iniciada pelo governo G. W. Bush. Adotando esta interpretação, a cronologia deste trabalho se inicia com os eventos do 11 de setembro de 2001 e apresenta brevemente os momentos-chave e os nomes centrais desse processo de mutações organizacionais, ideológicas e estratégicas que culminaram no comunicado oficial de refundação do Califado Islâmico em 30 de junho de 2014 e nas subsequentes ações do EI.

Os atentados perpetrados contra duas torres do complexo empresarial World Trade Center em Nova Iorque e a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos em Washington na manhã de 11 de setembro de 2001 vitimaram um total de 2977 pessoas (não incluídos os responsáveis pelos sequestros dos aviões) e rapidamente foram atribuídos, pelo Pentágono, à organização, considerada terrorista pela OTAN, Al-Qaeda (AQ). Nove dias depois, em pronunciamento oficial, o então presidente George W. Bush afirmou que os Estados Unidos e seus aliados declaravam guerra contra o terrorismo. Em outubro do mesmo ano, sob alegação de que o governo do país abrigava Osama Bin-Laden, líder da AQ e financiador dos ataques, forças militares estadunidenses e britânicas invadiram o Afeganistão.

Um salto temporal para março de 2003 transporta a Guerra ao Terror a uma nova fase. O Iraque foi invadido pela coalizão militar liderada pelos Estados Unidos sob a justificativa de que o governo sunita do ditador Saddam Hussein estava em posse de

³ **Islamic State and the crisis in Iraq and Syria in maps.** Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-27838034> Acesso em: 20/10/2017

armas de destruição em massa e patrocinava atividades da AQ em seu território e no exterior. O desenrolar dos acontecimentos demonstrou que ambas as alegações estavam incorretas e alguns autores indicam a impossibilidade do governo estadunidense não estar ciente da inveracidade das acusações antes mesmo do início da guerra. (COCKBURN, 2015; NAPOLEONI, 2016; STERN & BERGER, 2015; WEISS & HASSAN, 2015)

Em julho, as forças da coalizão instituíram um conselho de governo para liderar o país que se encontrava acéfalo desde a deposição de Hussein. A formação de um conselho majoritariamente xiita⁴ desagradou profundamente os sunitas que a partir de então teriam decidido lutar e “deixar a Al-Qaeda entrar” (WEISS & HASSAN, 2015, p.38). Três meses depois, Bin Laden redigiu uma carta ao povo iraquiano lançando uma campanha contra a presença estadunidense no país e convocando a formação de um exército *mujahidin*⁵ que empreendesse uma guerra urbana e operações de martírio contra o “inimigo distante”⁶ em colaboração com os infiéis saddamistas do partido Baath (*Ibidem*, p.32).

Paralelamente, a rede *Tawid wal-Jihad* (Monoteísmo e Jihad na tradução literal do árabe) começa a agir no Iraque e realiza um grande bombardeio à sede das Nações Unidas em Bagdá em agosto de 2003. A organização havia sido fundada pelo jordaniano salafista Abu Musab al-Zarqawi e era financeiramente mantida pela Al-Qaeda. Pessoalmente, Zarqawi mantinha um “casamento de conveniência” com Bin Laden (ZELIN *apud* STERN & BERGER, 2015, p.21) desde 1999, quando se conheceram em um campo de treinamento da AQ no Afeganistão. No ano seguinte, Zarqawi se aproveitou do caos produzido pelas muitas frentes do confronto entre a coalizão, tribos sunitas, baathistas e a família foragida de Saddam Hussein para arrastar a população xiita à “arena da guerra sectária” – que se consolidaria em 2006 - e realizar dezenas de atentados e assassinatos contra a maioria étnica iraquiana (WEISS &

⁴ O Xiismo é a seita Islâmica que assumiu Ali – primo e genro do profeta Mohammed - como seu legítimo sucessor quando de sua morte em 632 d.C. Atualmente, cerca de 10% dos praticantes do Islã se reivindicam xiitas e a vertente é majoritária no Iraque, Irã, Azerbaijão e Bahrain.

⁵ Frequentemente traduzido como combatente ou pessoa que se engaja na Guerra Santa.

⁶ Na gramática de inspiração salafista empregada por Bin Laden, e adotada por analistas, o “inimigo distante” se refere ao Ocidente de forma ampla, o que inclui os Estados Unidos, Israel, países europeus e valores como a Democracia e a laicidade do Estado. O “inimigo próximo”, por contraste, são os infiéis situados em territórios muçulmanos, isto é, muçulmanos xiitas, cristãos, judeus e outras minorias étnicas e religiosas.

HASSAN, 2015, p.40). Uma importante característica do jordaniano era sua predileção pela violência explícita e pela exposição midiática de seus feitos de guerra. Esta segunda se transformou em prática sistemática no mesmo ano. A “tradição” inaugurada pelo *Tawid*, em maio, com o vídeo da decapitação do empreiteiro estadunidense Nicholas Berg (WEISS & HASSAN, 2015, p.41) foi abraçada pelo EI e replicada em numerosas ocasiões.

Em outubro de 2004, Zarqawi – após muitas negativas - realiza seu juramento de lealdade (*bayat*) ao líder da Al-Qaeda (WEISS & HASSAN, 2015, p.43). Dois meses depois, Bin Laden respondeu conclamando “a unificação dos grupos *jidadi* sob um único estandarte” (LADEN apud WEISS & HASSAN, 2015, p.46). A rede *Tawid*, recém-renomeada para *Tanzim Qaeda al-Jihad Bilad al Rafidayn* (Al-Qaeda na Terra dos Dois Rios), em referência aos rios Tigre e Eufrates, passa a ser chamado de Al-Qaeda no Iraque (AQI) pelo governo dos Estados Unidos (WEISS & HASSAN, 2015, p.44; STERN & BERGER, 2015, p.21). Entre novembro de 2004 e junho de 2006, o paradeiro de Zarqawi permaneceu desconhecido até um ataque aéreo do COEC (Council Operations and Exercises Committee) estadunidense em parceria com o Serviço Aéreo Especial Britânico que vitimou o líder da AQI (*Ibidem*, p.67). Para substituí-lo, o Conselho Consultivo *Mujahidin* escolheu o egípcio Abu Ayyub al-Masri, homem de confiança de Bin Laden e de seu braço direito, al-Zawahiri. Em outubro do mesmo ano, Masri afirmou que sua “[...] franquia fazia parte de um mosaico de movimentos de resistência nativos, que ele denominou Estado Islâmico do Iraque”⁷ (*Ibidem*, p.68) e delegou a liderança da nova organização à Abu Omar al-Baghdadi.

O ano seguinte foi marcado pelo “Despertar” (*Sahwa*), um movimento de contra-insurgência organizado por tribos xiitas da província de Anbar contra as violências perpetradas pelo Estado Islâmico do Iraque (EII) na região.” (WEISS & HASSAN, 2015, p.74). O “Despertar” denunciava os sequestros e mortes de *sheik's*, estupros de mulheres e arbitrariedades contra a população xiita. Apoiado pelo governo do então Primeiro-ministro Nouri al-Maliki e recebendo treinamento e armas do exército estadunidense, além de suporte das brigadas Surge⁸, o movimento se

⁷ A organização continuou a ser chamada de Al-Qaeda no Iraque pelo governo dos Estados Unidos e por diversos analistas.

⁸ “Maneira como ficou conhecido o novo esforço norte-americano para dominar a insurgência iraquiana. Algo como “onda repentina.” (N.T)”. (WEISS & HASSAN, 2015, p.70)

transformou em uma combativa milícia e manteve-se ativo até sua incontestável derrota em janeiro de 2009. A principal razão para o fracasso da contra-insurgência foi a retirada do apoio de Maliki (STERN & BERGER, 2015, p. 28-29), convertido em perseguição e em política de encarceramento para militantes do “Despertar”. Segundo Weiss e Hassan (2015, p.84), esta traição gerou um profundo trauma na população iraquiana e explica a ausência de um levante contra o Estado Islâmico quatro anos mais tarde. Paralelamente, o Primeiro-ministro utilizava as forças militares do regime para atingir lideranças sunitas, reduzindo ainda mais sua já baixa popularidade e aumentando o apoio civil ao EII.

Em abril de 2010, Baghdadi e Masri foram assassinados em missão do COEC no Iraque. Suas mortes coincidem com o momento de mais baixa influência do EII, desde sua fundação, em decorrência de decisões táticas ruins que levaram a morte de 80% das lideranças do grupo. Estes erros espelhariam a preocupação maior de Masri com o trabalho de relações públicas da organização: comunicação virtual, cuidados com a vigilância dos Estados Unidos, uso da Internet para propagar os ideais, pautas e “polir a imagem da jihad”. (*Ibidem*, p.113) A morte dos líderes do Estado Islâmico do Iraque deixou a organização acéfala e profundamente enfraquecida.

No mês seguinte, o Conselho da Shura nomeou Abu Bakr al-Baghdadi como líder do EII. O iraquiano natural de Samarra, futuro Califa fundador do Estado Islâmico, teria crescido em um ambiente familiar sunita observante do salafismo e se diplomado em Cultura Islâmica e Sharia na Universidade de Bagdá (STERN & BERGER, 2016, p.34). Ele fundou uma facção islâmica em 2003 quando da invasão estadunidense ao país. Baghdadi liderou um profundo processo de reconstrução do EII. Um ano depois, em maio de 2011, Osama Bin Laden foi morto no Paquistão em missão dos Estados Unidos e a Al Qaeda enfrentou uma grave crise sob a liderança de Ayman al-Zawahiri.

Paralelamente, a Guerra Civil na Síria se desenrolava desde 2011. Em fevereiro, os primeiros protestos irromperam na capital do país após um policial insultar o filho de um comerciante local no mercado da Cidade Antiga de Damasco (WEISS & HASSAN, 2015, p.126). Uma série de outros incidentes e violações de Direitos Humanos foi perpetrada pelo governo Bashar al-Assad ao redor do país nas semanas seguintes. Assassinatos, estupros, destruições de casas, tortura e mutilações de criança cujos

corpos foram devolvidos aos pedaços às famílias tiveram a assinatura do Exército sírio, de forças alauítas e da milícia Shabiha, gangue patrocinada pelo governo Assad. Rapidamente, parte dos manifestantes pacíficos que demandavam reformas econômicas decidiu pegar em armas e a guerra foi deflagrada.

É fulcral notar que, embora o sectarismo na Síria date de muito tempo⁹, a Guerra Civil se insere em um contexto novo de intensificação da rivalidade produzida propositalmente por Assad. Segundo Weiss e Hassan (2015, p.130), o governo teria empregado uma dupla estratégia para garantir a radicalização do conflito étnico. Ela consistiria na adoção de um discurso público no qual sunitas - manifestantes e rebeldes - são tratados como terroristas sectários que estariam planejando um genocídio contra todas as minorias. Simultaneamente, Assad dedicou-se ao financiamento e treinamento (em parceria com o Irã e o Hezbollah) de milícias para agir de forma destruidora e responsabilizar os sunitas. No bojo destas ações, Assad teria permitido ou mesmo incentivado a entrada de jihadistas sunitas no país.

A avaliação estratégica do EII se deu na direção de aceitar o “convite” do líder alauíta: “A violência na Síria deu à al-Baghdadi um pretexto para expansão [do EII].” (STERN & BERGER, 2015, p.41). Ele enviou militantes ao outro lado da fronteira a fim de formar uma nova organização e conhecer em detalhes o cenário sírio. Rapidamente, Abu Mohammed al-Jawlani assumiu o comando do Jabhat al-Nusra, tendo o grupo ficado conhecido como braço da Al-Qaeda na Síria. Ao final de 2012, al-Nusra já era reconhecido como uma das melhores forças de oposição ao governo e bem vista pela população local. (STERN & BERGER, 2015, p.42). Embora tivesse sido enviado por al-Baghdadi, Jawlani tinha em mente o plano de ação para a Al-Qaeda que Zawahiri havia desenhado após a morte de Bin Laden (WEISS & HASSAN, 2015, p.142). Ele não incluía, por exemplo, perseguição e assassinato de minorias não-muçulmanas ou xiitas, diferente da perspectiva de “guerra fratricida” do EII. Essa e outras divergências estratégicas e ideológicas entre o Estado Islâmico do Iraque e sua

⁹ “O sectarismo na Síria, assim como no Iraque, pré-datava há muito tempo a guerra civil e era tanto o subproduto de uma seita minoritária dominando uma maioria rebelde quanto uma antiga disputa entre muçulmanos a respeito da linhagem do Profeta no século sete. Neste caso, era a minoria alauíta, mormente uma ramificação cultural dos xiitas, que constituem entre 8 e 15 por cento da população da Síria, governando os sunitas, que constituem aproximadamente 75 por cento.” (WEISS & HASSAN, 2015, p.129)

célula-mãe AQ existiam desde o tempo de Zarqawi, mas foram cada vez mais frequentemente assinaladas e levaram à cisão definitiva em fevereiro de 2014.

No ano anterior, em 9 de abril de 2013, al-Baghdadi realizou um pronunciamento no Iraque no qual anunciou a fundação do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIS)¹⁰, mais conhecido por seu acrônimo em inglês “ISIS”¹¹, um produto da fusão do EII com o Jabhat al-Nusra (*Ibidem*, p. 169). Transcorridos dois dias, Jawlani respondeu de forma respeitosa, mas negando a fusão: “Al-Nusra anunciou imediatamente sua aliança com Zawahiri e com Al-Qaeda Central, posicionando al-Nusra e ISIS em direto confronto.” (STERN & BERGER, 2015, p.42). Entre o final de maio e início de junho, Zawahiri interveio em uma tentativa de apaziguar o conflito e emitiu um comunicado tentando manter uma posição neutra. O texto publicado na Al Jazeera¹² indicava seu descontentamento com a rivalidade entre as duas organizações e ordenava que se mantivessem em “seus *corners* geograficamente delimitados.” (WEISS & HASSAN, 2015, p.170). Em outras palavras, Zawahiri indicava que os representantes legítimos da AQ na Síria eram os homens do al-Nusra e que al-Baghdadi deveria voltar imediatamente ao Iraque (NAPOLEONI, 2016, p.41).

O líder do ISIS escolheu desafiar o líder da Al-Qaeda Central e abraçar o projeto de conquista de seu próprio território levando a Síria a uma “guerra civil inter-jihadista” (COCKBURN, 2015, p.90) que se consolidou em janeiro de 2014 com a incorporação de outros grupos jihadistas ao conflito e o ataque às posições do ISIS (*Ibidem*, p.122). A divergência acerca da questão territorial entre al-Baghdadi e Zawahiri está calcada no acordo de Sykes-Picot¹³. Segundo Weiss & Hassan (2015), o chefe do ISIS se recusou a obedecer as ordens recebidas sob a justificativa de que “al-Zawahiri, ao insistir em uma distinção entre as terras da Síria e do Iraque, estava sendo submisso às fronteiras de estados artificiais traçadas pelos poderes imperiais ocidentais [...]” (p.170). A aversão de al-Baghdadi à divisão arbitrária dos países tomou forma quando, em junho de 2014, o ainda ISIS conquistou a cidade iraquiana de Mosul, na fronteira com a Síria. Na

¹⁰ Ou Estado Islâmico do Iraque e Levante (EIIL).

¹¹ Em razão da popularidade do termo e da compreensão automática que ele invoca, esta será a abreviação utilizada por este trabalho para referir-se a organização até o momento da sua renomeação para Estado Islâmico. A partir deste, utilizaremos o novo nome ou simplesmente EI.

¹² Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/06/2013699425657882.html> Acesso em: 13 de outubro de 2017.

¹³ Pacto secreto entre potências europeias responsável pela divisão do território do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial.

ocasião, o grupo declarou a ilegitimidade dos limites territoriais estabelecidos pelo acordo, em 1916, e destruiu as barreiras que indicavam a separação entre os dois Estados (*Ibidem*, p.171; STERN & BERGER, 2015, p. XXIV).

No mesmo mês de maio de 2013, no Iraque, iniciou-se uma nova guerra civil sectária. Desde a conclusão da operação estadunidense no país e a saída de seus militares, em dezembro de 2011, a escalada de tensões entre xiitas e sunitas havia começado. Em julho, o ISIS executou a missão “A Soldier’s Harvest” “designada para intimidar/liquidar/assassinar forças de segurança iraquianas e conquistar território” (*Ibidem*, p.XXIII). No lado sírio, o ISIS estabeleceu um domínio draconiano sobre seus territórios. A partir de agosto, a organização passou a atacar militarmente outros grupos rebeldes, tais como o Liwa al-Tawid, Ahar al-Sham (que teve um comandante sequestrado, torturado e assassinado no ano novo (WEISS & HASSAN, 2015, p.176) e o próprio Jabhat al-Nusra. Já no primeiro dia do mês, trinta pessoas foram mortas na base do Anfad al-Rasoul, em Raqqa, em um atentado com carro bomba. Na sequência, combatentes do EII expulsaram o grupo rival da cidade.

No dia 14 de agosto o ISIS assumiu o controle de Raqqa, cidade que se tornaria rapidamente seu reduto, removendo todos os rebeldes não filiados a ele. Passados cinco meses,

O que havia começado como conflitos localizados [entre o ISIS e outros rebeldes], transformou-se em uma campanha armada maciça contra o Estado Islâmico liderada pela Frente Islâmica, a Frente dos Revolucionários Sírios e o Exército Mujahedeen, que varreu o EI dos seus redutos territoriais através de grande parte da região norte da Síria. (*Ibidem*, p.178)

A sucessão de reveses não impediu o grupo de conquistar o controle sobre a cidade de Fallujah, capital da província de Anbar, em janeiro, nem inspirou compaixão no alto escalão da Al-Qaeda. Em 2 de fevereiro de 2014, a Central emitiu uma declaração pública afirmando que a organização não tinha relações com o ISIS e não era responsável por suas ações (WEISS & HASSAN, 2015, p.179). Tornou-se claro que não havia conciliação possível já que o EI havia assumido “uma rota ultraconservadora e de direita absoluta.” (ALKHOURI *apud* WEISS & HASSAN, 2015, p.180).

O rompimento definitivo foi seguido por uma franca ascensão do ISIS em termos de vitórias militares, conquista de território e estrutura organizacional. Como já mencionado, em junho, o grupo conquistou a cidade de Mosul, a segunda maior do

Iraque. O avanço sobre o território representou uma espécie de superação da ordem política anterior. Em registro em vídeo da Vice News¹⁴, militantes do ISIS contam, diretamente de uma área fronteiriça, que escavadeiras derrubaram as barricadas que separavam a Síria do Iraque e que agora fazem o percurso de um país ao outro sem precisar de passaportes, muitos dos quais foram queimados voluntariamente por seus proprietários em sinal de fidelidade ao ISIS. Na cena seguinte, um combatente esfrega os pés na areia “dissolvendo” a fronteira e afirma taxativamente: “Nós destruimos o Sykes-Picot¹⁵.” O gesto é um indicativo do que viria a seguir. As intenções e o projeto já estavam evidentes para aqueles que compunham as fileiras do ISIS: este não era um grupo terrorista como os que vieram antes.

Em 28 de junho foi liberado o vídeo da primeira e, até a presente data, única aparição pública de al-Baghdadi¹⁶. A Grande Mesquita de Mosul¹⁷ foi palco do sermão de sexta-feira (*khutba*) proferido à multidão presente no qual declarou a refundação do Califado cujo líder seria, a partir daquele momento, ele mesmo. Dois dias depois, o porta-voz da organização à época, Abu Muhammad al-'Adnani, emitiu um comunicado no qual transformava o Estado Islâmico do Iraque e Síria em apenas Estado Islâmico e anunciava oficialmente a volta do Califado.

¹⁴ **The Islamic State.** *Vice News.* Disponível em: <https://news.vice.com/video/the-islamic-state-full-length> Acesso em: 15 de maio de 2017.

¹⁵ O Acordo de Sykes-Picot foi um acordo secreto firmado pela França e Reino Unido em maio de 1916 no qual a região do Oriente Médio foi repartida em áreas de influências dos dois países considerando a possibilidade de derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. As atuais fronteiras de Iraque e Síria ainda respeitam em grande medida o mapa traçado em 1916.

¹⁶ Seu paradeiro segue até a presente data desconhecido. Sua morte já foi anunciada diversas vezes após bombardeiros aéreos – só em 2017, o governo russo e o Observatório Sírio de Direitos Humanos já comunicaram o óbito de al-Baghdadi em diferentes ocasiões. Nunca houve uma confirmação por parte dos canais oficiais do EI. Para mais detalhes, ver: McKernan, B. **Is Isis leader Abu Bakr al-Baghdadi really dead?** Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-leader-reported-dead-latest-updates-abu-bakr-al-baghdadi-syrian-observatory-for-human-rights-a7836066.html#explainer-question-0>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

¹⁷ A escolha da localidade é muito significativa. No século XII, o comandante militar curdo Salasin pregou na mesquita antes de partir para a Segunda Cruzada, da qual saiu vencedor. Como vassalo do soberano Nur al-Din Mahmud Zangi, Salasin governou Mosul, tornando-se uma inspiração para muitos jihadistas (WEISS & HASSAN, 2015, p.30)

2.2 Comunicando o Califado

“Metade da jihad é mídia.”¹⁸

O relato acima se encerra em 2014. A partir daqui conta-se a história do Estado Islâmico através de seus produtos e emprego de ferramentas midiáticas, mas muito ainda poderia ser dito sobre os desdobramentos daquele verão sírio. O que o Estado Islâmico foi e fez nos últimos três anos – as conquistas e as derrotas; até o fim do controle sobre qualquer território que se anuncia – dificilmente teria acontecido sem o emprego de uma estratégia de comunicação estratégica (ECE) que permitiu o desenvolvimento de uma experiência absolutamente *sui generis*: a de uma organização política radical islâmica com características de um estado moderno. O que fez do EI um estado-fantasma, um proto-estado ou um *quasi* estado *de facto* a depender do referencial adotado (ver NAPOLEONI, 2016) será discutido no capítulo seguinte. O argumento central aqui, entretanto, é de que o uso feito pelo EI da comunicação, especialmente a digital, foi central para o sucesso – ainda que por tempo limitado – de seus objetivos políticos e militares e que isso se deu por um uso sem precedentes das ferramentas de comunicação disponíveis.

Nos anos que antecederam a declaração de al-Baghdadi também reside parte da explicação para o empenho do EI em investir massivamente em sua comunicação e especialmente no esmero com a produção de imagens e campanhas de propaganda. De acordo com diversas fontes, Zarqawi foi um homem muito interessado no tema e alegadamente manteve por anos uma equipe de especialistas em edição e informática (WEISS & HASSAN, 2015, p.42). O temperamento homicida e o gosto por imagens violentas gráficas eram de conhecimento público¹⁹ e é provável que tenham sido transmitidas ao longo dos anos às lideranças das organizações as quais se alistou e teria contribuído para forjar a estratégia de comunicação do EI e, em alguma medida, influenciando igualmente a forma como são realizadas as análises sobre a ECE do EI.

No presente trabalho, por exemplo, dois esclarecimentos se fazem necessários. O primeiro diz respeito à restrição do escopo da análise que está limitado ao conteúdo produzido e publicado pelo EI, seus afiliados e simpatizantes. Não é abordada

¹⁸ Slogan de autoria desconhecida.

¹⁹ WEAVER, M. A. **The Short, Violent Life of Abu Musab al-Zarqawi**. Julho/Agosto de 2016. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2006/07/the-short-violent-life-of-abu-musab-al-zarqawi/304983/>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

diretamente a dimensão da estratégia de comunicação do EI que consiste em influenciar a sua cobertura pela mídia Ocidental ao, por exemplo, limitar o acesso de jornalistas as áreas controladas pelo grupo ou produzir imagens de alto teor sensacionalista que se adequam com primor à máxima “*it is bleeds, it leads*”²⁰. Indiretamente, entretanto, estas questões estão invariavelmente colocadas visto que um dos principais objetivos da ECE é produzir pânico em parte de sua audiência, isto é, aterrorizar seus inimigos através de uma demonstração inequívoca de força e sadismo; herança de Zarqawi.

Em segundo lugar, o emprego como sinônimos dos termos propaganda e comunicação estratégica. A escolha é consciente e não deve ser confundida com ausência de rigor conceitual. Apesar da literatura dedicada a diferenciar as duas expressões (ver SCHMID, 2015), em se tratando do Estado Islâmico as aproximações entre elas são tamanhas, que a tarefa de separá-las prova-se infrutífera no escopo deste trabalho. De acordo com Pellerin (2016), “propaganda é uma forma de informação manipuladora, que frequentemente apresenta verdades e mentiras com o objetivo de influenciar atitudes e o comportamento de um público-alvo para engajá-lo em certas ações” (p.2)²¹. A ECE do EI é descrita pela autora como “multi-nível, de abordagem dinâmica, visando numerosos públicos tanto quanto mobilizando numerosos meios e narrativas para comunicar.” (PELLERIN, 2016, p.2)²².

A propaganda e a ECE compartilham neste caso os objetivos, mas a primeira também poderia ser vista como parte da ECE, assim como a propaganda do EI, em função de sua missão e visão totalitárias, poderia ser entendida como o todo da ECE. Apesar deste exercício de abstração, o ponto a ser enfatizado é o lugar fundamental ocupado pela comunicação no projeto político do EI em uma lógica de profecia autorrealizável. Enquanto a ECE enuncia os feitos – com frequência inverídicos – e as motivações do EI, suas vitórias, o terror dos inimigos e o apoio do Divino à reinstauração do califado, o próprio processo de construção de um Estado por meio de sua presença no espaço físico como máquina pública se deu. Em linhas gerais, é possível identificar três objetivos da ECE do EI: causar medo em seus opositores, responder à demanda por

²⁰ Em tradução literal do inglês: Se sangrar, ganha destaque”.

²¹ Tradução nossa. Original em inglês: “Propaganda is a form of manipulative information, often containing both truths, as well as falsehoods with the aim to influence attitudes and behaviour of target audiences to engage in certain actions.”

²² Tradução nossa. Original em inglês: “[...] a multi-layered, dynamic approach, targeting a multitude of audiences as much as deploying a multitude of different means and narratives to communicate.”

conteúdo de um público já fidelizado que se encontrava fora dos territórios já ocupados, fidelizar aqueles que já possuíam tendência à identificação com o projeto. Estas três metas englobam os objetivos táticos cuja variação ocorreu ao longo do tempo e foram segmentados pelo tipo de público visado.

Alguns exemplos se fazem úteis. Ao longo de 2014 e 2015, diversas postagens de vídeos de treinamentos militares e de prestação de serviços aos locais em províncias na Síria e no Iraque vinham acompanhadas de pedidos de contribuição financeira. Estes conteúdos eram postados no Facebook, compartilhados em grupos e fóruns de aplicativos como Telegram e no aplicativo da principal agência de comunicação do EI, Amaq, em diversos idiomas. Àqueles que não poderiam imigrar para os territórios controlados era ofertada forma alternativa de ajudar a causa. Por outro lado, homens jovens, muçulmanos das periferias de cidades europeias eram convocados a se unir às fileiras do EI por meio de textos explicativos publicados em redes sociais que pedagogicamente descreviam como “os infiéis” eram responsáveis pelo sofrimento enfrentado pelo mundo islâmico hoje.

Quando, já em 2016, a estratégia militar foi alternada para priorizar ataques em capitais ocidentais em detrimento do deslocamento para o Oriente Médio, o público fidelizado e os curiosos com tendência ao comportamento violento foram alvo de campanhas que ensinavam a construir bombas caseiras ou simplesmente como utilizar o que estivesse à mão – seja um caminhão ou uma faca de cozinha – visando causar o maior dano possível em um ataque contra civis. No e-book “Como sobreviver no Ocidente”²³ disponibilizado em maio de 2015 através de contas - já excluídas - no Twitter, o leitor recebe instruções sobre como cometer fraudes de cartões de crédito, despistar serviços de segurança e construir bombas.

Segundo Napoleoni, a “máquina de propaganda” do Estado Islâmico (2016, p.83), consiste em grande medida em “divulgar nas redes sociais profecias assustadoras, sabedores de que elas produzirão um efeito que se realizará por si mesmo” (*Idem*). Desde que o EI passou a ambicionar controlar território na Síria, a propaganda serviu para retratar a organização como uma força muito maior do que de fato o era a fim de estimular “o recrutamento, o levantamento de recursos financeiros e a execução de

²³ BATCHELOR, T. **Islamic State terror manual tells jihadis how to make a bomb - and to always carry condoms.** Disponível em: <http://www.express.co.uk/news/world/576642/ISIS-jihadi-manual-fighters-build-bomb-carry-condoms> Acesso em: 23 de outubro de 2017.

programas de treinamento militar” (*Idem*). O conteúdo propagandístico serviu para fortalecer “o mito” do EI com seu exército forte e a população satisfeita sob seus auspícios. Como indicado por Pellerin e Napoleoni, o conteúdo falso serve tão bem – ou talvez melhor – aos propósitos da ECE do EI quanto a fidelidade aos fatos. Já em 2014, o Estado Islâmico deliberadamente compartilhava conteúdo fraudulento de vitórias militares no Iraque nas redes sociais (COCKBURN, 2015, p.163) e já havia compreendido o impacto de registros em vídeo em sua audiência.

Para nos ater ao compartilhamento de conteúdo fidedigno, é preciso apontar que o EI estrategicamente decidiu produzir imagens de grande parte do que fazia. Isto inclui quase toda – reduzida ao que poderia ser considerado desejável exibir - extensão de suas ações: corredores de hospitais mantidos pelo grupo, reuniões de conselhos administrativos, treinamentos militares, batalhas, pregações religiosas (*Ibidem*, p.160). Ao divulgar este conteúdo na Internet, especialmente via Facebook e Twitter, “o ISIS ampliou enormemente seu impacto político” (*Idem*), tendo sido capaz de comunicar eficientemente suas ambições, os instrumentos utilizados para alcançá-las, identificar seus opositores e galgar apoio humano e financeiro para viabilizar seu projeto político.

O que Napoleoni identificou como “propaganda do medo” (2016, p.20) reforça o argumento sobre a importância das imagens. Ela enfoca os vídeos e fotos dos gestos de violência do EI – torturas, execuções, amputações – como forma de chamar a atenção de diversos públicos através de um mesmo tipo de conteúdo. A publicação destes eventos brutais cumpre a função de atrair a mídia internacional – que, ávida por satisfazer o fetiche de seus consumidores pela violência explícita, compartilhava trechos dos vídeos ou apenas imagens estáticas de quadros dos vídeos – e os simpatizantes do EI – às vezes mais dos métodos do que da causa do Califado. Se com as mídias sociais o alcance já era grande, ele se torna global a partir do momento em que a televisão e os jornais impressos republicam aquilo que o EI, em seus canais oficiais e afiliados²⁴, já disponibilizou.

O profissionalismo da produção de conteúdo pelo EI pode ser abordado de diversas formas. Uma delas é a escolha dos elementos – materiais e textuais - que

²⁴ É difícil indicar links e nomes de páginas no Facebook, contas no Twitter e domínios de sites que correspondam contemporaneamente aos veículos de comunicação ativos do Estado Islâmico. Em razão do conteúdo publicado desrespeitar as normas de conduta destas plataformas, páginas, contas e sites são constantemente tirados do ar. Da mesma forma, os aplicativos criados pelo EI entre 2014 e 2015 tiveram seu download dificultado a partir de 2016 e foram retirados de lojas virtuais de aplicativos, dificultando o acesso do público interessado (KATZ, 2016).

compõem os quadros filmados. Sem adentrar a seara da semiologia, basta ilustrar o grau de consciência com a dimensão simbólica através de um exemplo. As execuções dos reféns estadunidenses James Foley, Steven Sotloff e Peter Kassig realizadas no segundo semestre de 2014 em diferentes localidades seguiram o mesmo roteiro. Vestindo uma réplica do uniforme laranja da prisão de Guantánamo, os prisioneiros ajoelhados em meio a paisagem desértica se identificam e declamam o que parece ser um texto ensaiado. Em seu vídeo, Sotloff transmite por quase dois minutos uma mensagem diretamente ao então presidente Barack Obama. A política externa de seu país e a insistência em uma atitude intervencionista no Oriente Médio, a despeito das ameaças que já haviam sido feitas pelo EI, terão como resposta a morte de civis estadunidenses. No vídeo de Foley, a tônica do discurso é a mesma e o prisioneiro anuncia “o meu assassino é os Estados Unidos” antes de ser decapitado com uma faca (WEISS & HASSAN, 2015, p.41).

As fronteiras entre o documental e o ficcional dificilmente podem ser estabelecidas nas produções audiovisuais do ISIS, e, em alguma medida firmar estes limites não parece ser uma questão maior considerando o objetivo do grupo em produzir choque em suas audiências. A obra de maior fôlego do ISIS é a quadrilogia *The Clanging of the Swords* disponibilizada em maio de 2014. Cada longa-metragem possui cerca de uma hora de duração e se dedica a exibir em grande parte imagens capturadas de batalhas no front no EI no Iraque, além de cenas de execuções individuais e em massa, e torturas físicas e psicológicas.

Nos bem editados filmes de propaganda, a sangria é conduzida de forma didática. Os inimigos são identificados por suas filiações religiosas e políticas e o espectador é convidado a entender quem são os detratores e o motivo que os levou a um violento fim. As alternativas à morte são oferecidas aos inimigos, frequentemente acompanhadas de instruções sobre os procedimentos para obter o perdão e garantir a preservação de suas vidas. No quarto filme, com um facão empunhado, um combatente do EI explica que aos judeus e muçulmanos apóstatas resta apenas a morte. Por outro lado, os membros do Conselho de Anbar “tem o direito de se arrepender e parar de combater os *mujahidin*” (NAPOLEONI, 2016, p.159), garante o narrador enquanto homens formam uma linha e parecem realizar um processo de inscrição com militantes do EI em um local identificado como uma mesquita na província de Anbar. Caso não o faça, seu destino será o mesmo do homem que, na cena seguinte, anuncia, olhando para a

câmera, estar cavando a própria cova estando dentro de um grande buraco acompanhado de seus dois filhos. Os filmes induzem uma visão de mundo totalitária e panóptica, indicando que nada pode escapar aos olhos e ouvidos do Estado Islâmico presentes em toda parte. Este mundo controlado pelos homens do ISIS oferece recompensas àqueles que aderem à causa e punição aos que a ela se opõe.

O quarto filme possui ares de conclusão de missão. Ele se inicia com imagens aéreas da cidade de Fallujah, Iraque, recém-conquistada pelo EI em 2014, enquanto um narrador descreve a importância de se manter fiel aos princípios do Islã para o sucesso da empreitada e destaca a vitória militar do EI: “hoje, finalmente, o Estado Islâmico controla uma vasta área de Sham²⁵”. Além do conteúdo já conhecido das peças anteriores, este volume é explícito em identificar o EI como um estado *de facto*. Na mesma lógica da profecia autorrealizável já discutida, o longa dedica quase dez minutos às imagens de destruição de cabines, check-points – identificadores físicos das fronteiras – e passaportes – identificadores simbólicos das fronteiras – para declarar o fim de um tempo e de uma composição geopolítica da região e saudar uma nova ordem. De acordo com Napoleoni (2016), o Estado Islâmico parece ter entendido em sua ECE o que a Al-Qaeda não havia compreendido até o momento: a eficácia do uso articulado das imagens de violência com proselitismo religioso e propaganda ideológica em uma roupagem dinâmica.

É fundamental entender esta estratégia como parte fundamental do projeto político do ISIS que é, em última análise, um projeto pela construção de um Estado. Com o seu investimento em propaganda, O EI planejou o recrutamento de homens adultos estrangeiros para compor suas fileiras ao lado de sírios e iraquianos que tinham, voluntariamente ou não, se alistado. Embora não seja possível apontar números precisos, desde 2014, dezenas de milhares de pessoas²⁶ se apresentaram aos comandantes do Califado para jurar aliança e oferecer seus serviços. Segundo Stern e Berger (2016, p. 195), este seria o resultado do sucesso da estratégia de relações públicas que o grupo vem empreendendo na Internet e especialmente nas plataformas de mídias sociais. O apelo populista dos numerosos vídeos propagandísticos e *tweets* que convidam todos a aderir à

²⁵ Região que compreende a faixa de terra entre os rios Eufrates e Tigre.

²⁶ Yevgeny Sysoyev, chefe da Segurança Federal Russa (FSB, na sigla em russo) afirmou que, do total de 80.000 combatentes que o EI havia recrutado até meados de 2015, 30.000 eram estrangeiros. Destes, a maioria seria originária de países do Oriente Médio ou do Norte da África.

Some 7,000 nationals of ex-Soviet countries fight for Islamic State — FSB deputy chief. Disponível em: <http://tass.ru/en/world/835147> Acesso em 2 de junho de 2016.

causa e a retórica revanchistas e imediatista do grupo incentivaram indivíduos frequentemente já radicalizados a se juntar ao ISIS (*Ibidem*, p.193-195).

Em paralelo, a propaganda do Estado Islâmico investiu e investe em divulgar suas atividades de fornecimento de infraestrutura socioeconômica básica (NAPOLEONI, 2016, p.20), como reparos de vias públicas e prestação de serviços médicos. Baskaran (2015, p. 7) ressalta que na área da saúde as narrativas midiáticas desenham uma realidade dos hospitais e clínicas muito diferente daquela experimentada pelos residentes. Segundo o argumento, os melhores equipamentos e médicos são reservados ao alto escalão da organização e utilizados para tratar os combatentes feridos. Ao restante da população, o acesso aos cuidados médicos é limitado e frequentemente dificultado pelo próprio EI que impede a entrega de *kits* humanitários com remédios e a saída dos indivíduos das áreas sitiadas ou controladas. Vale notar que as atividades, comunicação e serviços, são financiados com os recursos da Economia de guerra empreendida pelo grupo.

Não obstante, como indica Napoleoni (2016), o que diferencia o uso que o EI faz dos ambientes virtuais dos demais grupos jihadistas é o fato do grupo estar propondo um novo modelo de terrorismo (em oposição à pressuposição de que estariam forjando uma nova espécie de terrorismo). Isto é, um modelo que visa a construção de um Estado e utiliza a Internet para consolidar seu projeto e a execução dele. O suporte em si à população e a propagandização deste cumprem um triplo papel. Primeiramente, incentivam a vinda de novos combatentes que preveem encontrar um ambiente relativamente bem-estruturado para lutar e viver com sua família. Segundo, mantém o contingente humano em sua jurisdição sob controle já que as imagens do bem-estar alheio e o efetivo acesso aos serviços representam estímulos à cooperação. Por fim,

O Estado Islâmico promove sua aposta na conquista da *soberania* com a promessa de abrigo e aconchego. [...] busca conquistar a *legitimidade* entre membros da população civil procurando aliciar homens, mulheres e crianças para o Califado na condição de *cidadãos*. (*Ibidem*, p.73, grifos nossos).

Em outras palavras, a fim de produzir um Estado *de facto*, o EI se porta como se já o fosse, oferecendo acolhimento na tentativa de convencer sírios, iraquianos e estrangeiros de sua viabilidade e capacidades.

2.3 A Dabiq

Uma semana depois da declaração do retorno do Califado por al-Baghdadi, em 5 de julho de 2014, a primeira edição da revista Dabiq dava destaque ao evento em suas páginas: “Uma nova era chegou – De força e dignidade para os Muçulmanos” (DABIQ, 2014a, p.8) era o título da matéria que comemorava o evento da Grande Mesquita acompanhado de excertos da fala de Baghdadi. A história da Dabiq é também a história do Estado Islâmico. Ela começa com a refundação cheia de promessas do Califado e termina em julho de 2016, quando o território controlado pelo grupo já estava em contração e o declínio de sua economia havia se tornado evidente (SHAPIRO, 2016); sinais de que o EI tentava lutar uma guerra maior do que seus recursos permitiam.

Ao longo destes dois anos, foram publicadas quinze edições da revista com periodicidade irregular²⁷. Com exceção da última, que possui um sensível foco na conversão de não-muçulmanos ao Islã, o público-alvo da Dabiq foram os muçulmanos da diáspora, isto é, não residentes dos territórios ocupados pelo grupo. De acordo com Ingram (2016a, p.2): “A razão de ser da Dabiq é, em última instância, convencer seus leitores a apoiar o Califado do EI seja através da ida aos territórios ocupados pelo EI, seja pelo engajamento em atos de terrorismo domésticos.” Redigida em inglês e publicada virtualmente pela al-Hayat Media Center, uma das agências de comunicação do EI, ela é parte da ampla estratégia de comunicação estratégica do EI e foi discutida por diversos autores (INGRAM, 2016a; INGRAM, 2016b; VERGANI & BLIUC, 2015; STEINDAL, 2015), sem que um trabalho definitivo de referência já tenha sido escrito sobre o tema.

A Dabiq possui um projeto editorial pouco inovador, mas extremamente eficaz. Sem sobressaltos visuais, ela é formatada para o gosto de sua audiência, como todos os produtos de comunicação do EI: os textos de caráter jornalístico são redigidos em inglês impecável, as imagens em alta resolução sangram raramente a mancha gráfica, a diagramação é tradicional respeitando uma divisão da página predominantemente em duas colunas. O trabalho é profissional, realizado por “profissionais qualificados, incluindo alguns ocidentais com alto nível de instrução” (NAPOLEONI, 2016, p.84).

²⁷ Todas as edições foram disponibilizadas pelo Clarion Project, iniciativa voltada para o combate ao radicalismo islâmico. Disponível em: <https://clarionproject.org/islamic-state-isis-isil-propaganda-magazine-dabiq-50/> Acesso em: 30 de agosto de 2017.

As matérias não são assinadas e a revista não possui expediente, trata-se de um corpo editorial sem nomes.

Ao longo de sua vida, a revista sofreu pequenas mudanças que foram incorporadas às subseqüentes edições. Estas transformações apontam para a atenção dedicada ao produto, um desejo de otimização da comunicação e acesso aos conhecimentos necessários para tal. Dois exemplos são notáveis. Nas primeiras edições, a Dabiq era redigida em uma fonte sem serifa informal. A partir da nona edição (DABIQ, 2015a), é adotada uma fonte com serifa que facilita a navegabilidade pelo texto. Ademais, a revista ganhou, também a partir de sua nona edição, uma sessão de recomendações com os melhores vídeos produzidos e publicados também pela al-Ḥayat Media Center. O acréscimo estimula a interação do leitor da revista com as outras mídias do EI. Um terceiro exemplo foi identificado por Ingram (2016b) e aponta para uma mudança significativa da estrutura da revista. Em seus primeiros números, a Dabiq era dividida predominantemente em sessões de “relatórios” e “notícias” muito abrangentes tematicamente. Posteriormente, ela ganhou sessões específicas e fixas como “Para nossas irmãs”, com artigos direcionados à audiência feminina e “Entre os que creem há homens” que tipicamente relata a vida de um combatente do EI originário do Ocidente. De acordo com o autor, “A estrutura consistente e sessões recorrentes na [...] Dabiq oferece a seus leitores um senso de regularidade e garante que o conteúdo aborde temas que provavelmente serão pertinentes para seu público-alvo específico” (INGRAM, 2016b, p.13-14)²⁸

A já mencionada influência de al-Zarqawi atravessa toda estratégia propagandística do EI e atinge seu ponto máximo na escolha da citação que abre todas as edições da Dabiq. A inspiração é um vídeo no qual um militante tremula uma bandeira do EI e ouve-se a voz do antigo líder recitando o *hadith*: “A centelha foi acesa aqui no Iraque, e o seu calor continuará a intensificar-se – com a permissão de Alá – até queimar os exércitos cruzados em Dabiq.” (WEISS & HASSAN, 2015, p.47, p.162)

O próprio título da revista indiretamente faz referência a todos estes elementos. Dabiq é uma localidade situada na região Norte do que atualmente reconhece-se como a

²⁸ Tradução nossa. Original em inglês: “The consistent structure and recurring sections in [...] Dabiq provide its readership with a sense of regularity and ensures content addresses issues that are likely to be pertinent to their specific target audiences.”

Síria citada em um *hadith*²⁹ como o palco do que virá a ser a batalha do Armagedon, de acordo com a interpretação escatológica do EI. O confronto se daria entre muçulmanos – fiéis – e cruzados – infiéis – pelo domínio do globo. De acordo com as primeiras páginas da primeira edição da Dabiq (2014a), o sucesso está previsto nas palavras deixadas pelo profeta Mohammed: a vitória em Dabiq levará o terço dos combatentes muçulmanos sobreviventes – um terço terá fugido e um segundo perecido na batalha – à conquista de Constantinopla, a contemporânea Istanbul e de Roma (DABIQ, 2014a, p.5). Por meio da *jihad* – de acordo com a interpretação salafista – conquistada graças aos esforços de *hijrad*, *tawhid* e *manhaj* triunfarão.

Ao apontar os temas que serão abordados em suas páginas – em árabe, assim como parte significativa dos conceitos religiosos empregados pela publicação -, os editores da Dabiq ajudam a identificar igualmente as referências morais que norteiam a missão e atuação do Estado Islâmico: “*tawhid*, *manhaj*, *hijrad*, *jihad* e *jama’ah*.” (DABIQ, 2014a, p.3). O primeiro termo, traduzido literalmente como “unidade” se refere à existência de um deus único e ao monoteísmo, razão utilizada pela retórica do grupo para justificar a erradicação de outras religiões e mesmo do Islã xiita – acusado de politeísmo e idolatria por cultuar santos e adotar rezas para imagens. O segundo, *mahjah*, traduzido comumente como “busca pela verdade”, aqui entendida como o desvelamento de uma verdade religiosa sobre o sentido da existência e do mundo. *Hijrah* significa “imigração”, é elencada entre os termos fundamentais da Dabiq em referência à orientação de alguns sectos do Islã de construir uma nação para os muçulmanos. Especificamente no caso do EI, esta política se manifesta no estímulo a vinda de muçulmanos da diáspora para os territórios controlados pelo grupo.

Jihad, o quarto termo listado, é, sem dúvida, o mais controverso haja vista a variação de seu emprego em diferentes contextos e motivado por diferentes interesses. É entendido de forma genérica como “guerra santa”, interpretado desde uma batalha interna travada pelo indivíduo pela superação de seus vícios e aperfeiçoamento como ser humano até a interpretação belicista que opõe muçulmanos aos demais povos e preza pela destruição daqueles que se opõem às visões de mundo dos que invocam a

²⁹ *Hadith* ou coleção de *hadiths* descreve as ações e falas do profeta Mohammed. Depois do Alcorão, é a mais importante fonte de referencial moral e comportamental para os muçulmanos. As interpretações dos *hadiths* variam de acordo com o secto e as escolas jurídicas do Islã.

jihad e supremacia política e religiosa islâmica. *Jama'ah* é traduzido comumente como “congregação”, a reunião dos que comungam o islã independente de seu pertencimento nacional.

Longe de inovador, o sentido atribuído a estes termos no contexto específico de produção de interpretações sobre o Islã no universo discursivo do Estado Islâmico se insere na tradição do salafismo moderno, como apontado por Napoleoni (2016) e Stern e Berger (2015, p. 242). Trata-se de um “movimento do islamismo sunita de forte oposição ao Ocidente e cujos sectários apregoam o retorno à pureza doutrinária do Islã.” (NAPOLEONI, 2016, p.142). Esta seita é essencialmente moderna porque se insere na onda do fundamentalismo religioso. O fundamentalismo religioso é um fenômeno típico do século XX e sua amplitude abarca não apenas o Islã, mas também o Cristianismo, Judaísmo, Hinduísmo, Budismo e assume variadas vertentes, não sendo, portanto, um movimento monolítico (ARMSTRONG, 2002, p.164).

Esse movimento é entendido por Armstrong como uma resposta ao surgimento da modernidade Ocidental (*Ibidem*, p.165), um produto de uma tentativa mal sucedida dos defensores da tradição de se adequar aos novos tempos. As diferentes faces do fundamentalismo religioso revelam uma decepção com as promessas da modernidade e a convicção de que o projeto moderno pretende erradicar a religião. O resultado dessa percepção é a imediata polarização, com certas facções adotando interpretações radicais da religião que ressaltam os elementos mais conservadores de suas práticas de forma a se opor a liberalização tipicamente associada à modernidade.

O fundamentalismo desenvolveu-se no mundo islâmico nas décadas de 1960 e 1970 e, como os demais movimentos da mesma natureza, voltou-se primeiramente contra seus opositores internos, isto é, muçulmanos que adotaram a cultura secular (ARMSTRONG, 2002, p.166), e seus adeptos procuraram criar comunidades cada vez mais fechadas e livres de influências estrangeiras. A diretriz subjacente aqui é a luta pela sobrevivência das tradições e do modo de vida, o que culminou, ainda que raras vezes, em intolerância e na adoção de práticas violentas contra aqueles que não partilhavam da mesma perspectiva. Uma delas é o terrorismo que se justifica no bojo da retórica fundamentalista sobre a *jihad* fundada por Sayyid Qutb (ARMSTRONG, 2002, p.169).

Qutb foi umas das principais referências teóricas do Talibã afegão na década de 1990 quando a organização forjou as diretivas para seu governo e sua influência é facilmente perceptível no projeto de refundação do califado pelo Estado Islâmico. Outra dimensão do fundamentalismo que marca as práticas do EI é seu entendimento enquanto um movimento pós-moderno (*Ibidem*, p.171) em função de seu caráter anticolonial . Indivíduos no mundo islâmico passaram a se organizar para prover serviços religiosos e bem-estar para suas comunidades com o intuito de “demonstrar que o Islã poderia funcionar para as pessoas melhor do que os governos seculares” (*Idem*– tradução nossa). O EI levou esta sugestão às últimas consequências ao decidir e executar por meio da força um projeto de substituição de governos e estados existentes por um novo sistema político e uma retórica sobre a gestão baseada predominantemente no elemento religioso.

A influência do salafismo se reflete de forma perceptível no projeto político de construção de um Estado pelo EI e especificamente na comunicação deste projeto através da Dabiq. Alguns dos principais trabalhos de investigação do periódico se debruçaram direta ou indiretamente sobre o tema. Ingram (2016a) discute o que ele chama de “visão de mundo do Estado Islâmico” (p.3), uma ideologia herdeira de pensadores islâmicos modernos como Qaub e Abdullah Azzam (*Idem*) que centraliza a *jihad* e a necessidade dos sunitas se unirem para executá-la e criarem um santuário para se proteger de um mundo exterior que não segue os preceitos do Islã idealizado pelo EI. A questão das identidades tem espaço privilegiado nesta retórica do confronto contra imoralidade e por um Estado livre dela. Os sunitas (identidade intragrupo) são os agentes, mas também os protegidos pelo EI na batalha a ser travada. É feito o diagnóstico de que a “crise sunita”, isto é, a perseguição sofrida e a fragilização do grupo são causadas por um inimigo responsável pela “destruição da tradição”

Este opositor é o “outro” (identidade extra-grupo) (INGRAM, 2016a, p.4, 6; INGRAM, 2016b, p.16), em uma dicotomia simplista, que posiciona todos aqueles que não professam o Islã como alvos de um extermínio já em curso. A polarização e a desumanização do “outro” são responsáveis por autorizar a violência como estratégia legítima de combate. O Estado Islâmico aparece nesta equação como o provedor de soluções: “[...] lembra aos leitores que o EI é o campeão dos muçulmanos sunitas, destruidor dos inimigos dos sunitas e portador de uma solução ordenada pelo divino”

(INGRAM, 2016a, p.13)³⁰. Suas agendas sócio-política e político-militares são então enquadradas como as estratégias de superação da “crise sunita”: a solução apresentada é a construção de um Estado.

Segundo o autor, a literatura sobre o papel da propaganda em movimentos de insurgência identifica universalmente duas funções: desenvolver o aparato político e militar da insurgência e promover apoio popular para “a causa” (INGRAM, 2016a, p.4). A lógica estratégica da campanha de propaganda do EI materializada na Dabiq cumpre ambas. Nela, as duas funções se retroalimentam através da narrativa da construção de um Estado que sirva de lar para os sunitas. Resta saber o que o EI entende por Estado.

³⁰ Tradução nossa. Original em inglês: “[...] remind its readers that IS are the champions of Sunni Muslims, defeaters of Sunni enemies and the bearers of a divinely ordained solution.”

3. NARRATIVAS E ESTADO

Neste capítulo pretende-se discutir como as narrativas que compõem a Dabiq na forma de conteúdo jornalístico transmitem o projeto político do EI, isto é, a construção de um Estado. Para tal, o capítulo se divide em duas partes. Na primeira, são apresentados debates acerca das definições do conceito de Estado moderno e como podem ser aplicados para pensar aproximações e afastamentos entre estas categorias e as práticas – o que convencionamos chamar “frentes de ações estatizantes” – e o discurso do Estado Islâmico. Na segunda, são analisadas reportagens da Dabiq – entendidas como expressão organizada do discurso do EI – que se debruçam sobre temas elencados aqui como fundamentais no processo de construção de um Estado. Detidamente, atividades econômicas produtivas e financeiras, burocracia estatal, prestação de serviços e a interface da gestão com a população.

3.1 O Que Faz De Um Estado, Estado

A declaração de Baghdadi em junho de 2014 marca a fundação do Califado, mas não só de palavras se faz um Estado. Segundo Loretta Napoleoni (2015), se o Estado Islâmico for bem sucedido no projeto de transformar a retórica em estrutura formal, será uma experiência *sui generis*:

Se o EI conseguir criar uma nação com territórios do Iraque e da Síria [...] Pela primeira vez na história moderna, uma organização armada terá alcançado o objetivo final do terrorismo: criar seu próprio Estado nacional com as cinzas de nações consolidadas. (NAPOLEONI, 2015, p.31)

A autora defende que a estratégia empregada pelo EI é a adoção de um modelo de Estado-fantasma, isto é, “um corpo com estrutura socioeconômica de um Estado, mas desprovido da alma do reconhecimento político e da identidade nacional de uma verdadeira nação.” (*Ibidem*, p.43). Neste modelo, “[...] a constituição da economia e da infraestrutura precedem a conquista do reconhecimento político.” (*Ibidem*, p.46). O reconhecimento se refere à relação de um ente que o deseja e seus pares que podem ou não fazer-lhe a concessão. Em se tratando de estados, as palavras-chave aqui são legitimidade e soberania.

Em *The State of the State: The Model of the Modern State and its Contemporary Transformation* (2004), Roland Axtmann elenca as principais características do Estado moderno. Seu ponto de partida é a incorporação da Teoria da Soberania no pensamento

político no período subsequente ao fim da Guerra dos 30 anos encerrada com a assinatura do célebre tratado da Paz Vestfália em 1648 (AXTMANN, 2004, p.260). O tratado estabelece a soberania como valor e norma inviolável e cria, pela primeira vez, a compreensão da existência de dois espaços: um “dentro” e um “fora” delimitados por fronteiras que estabelecem o limite geográfico da autoridade do líder daquele território demarcado.

Em *Coerção, Capital e Estados Europeus* (1997), Tilly destaca as variáveis fundamentais para a emergência dos estados europeus no século XVII e para a vitória do modelo do estado nacional: “a centralidade absoluta da guerra” (TILLY, 1997, p.54), um sistema de estados (*Ibidem*, p.49) e uma específica combinação de “amplas populações rurais e capitalistas e economias relativamente comercializadas” (*Ibidem*, p.62) no interior das jurisdições em formação. Dinâmica similar foi identificada por Henry Writgh em *Early State Dynamic as Political Experiment* (2006). No artigo, as diferentes etapas do desenvolvimento do Estado em Madagascar são discutidas em perspectiva comparada com experiências na região da Mesopotâmia e na Mesoamérica. Writgh argumenta que os estados que sobreviveram aos primórdios de formação, isto é, foram bem-sucedidos em sua missão de consolidar-se como um todo unitário e derrotar grupos que disputavam a soberania de uma localidade, reuniam três características: forças militares poderosas apoiadas por um aparato político estável (WRITGH, 2006, p.312), capacidade de vencer a intensa competição econômica em centros comerciais desenvolvidos (*Ibidem*, p.315) e o florescimento de aldeias maiores e mais robustas com tendência à urbanização.

A primazia das capacidades materiais vinculadas às dimensões militar, econômica e territorial presentes nestes apontamentos também se aplica, em algum nível, ao caso do Estado Islâmico. Uma espécie de retórica sobre o cumprimento destes requisitos está no cerne do argumento das lideranças do EI sobre a organização já ser, de fato, um estado. Isso se dá em razão das frentes de ações estatizantes, discutidas no primeiro capítulo, nas quais o EI se engaja e que servem a dois propósitos: a requisição de ser tratado como par no Sistema Internacional³¹ e a reivindicação de uma identidade estatal baseada na diferenciação em relação às demais nações.

^{31 31} Assume-se aqui a abordagem de Hurrell (2007): “[ela] envolve uma clara rejeição da compreensão do sistema internacional que o vê apenas em termos materiais como uma estrutura descentralizada e anárquica em que Estados indiferenciados em termos funcionais se diferenciam apenas de acordo com a

O “ideal do Estado europeu” (*Ibidem*, p.262) formatou as demandas das elites que lideraram os processos de independência e reorganização dos estados surgidos no século passado, mas a teoria existente e a experiência europeia não foram suficientes para explicar que tipo de organização política nascia ali. Um exemplo disso foram os novos debates sobre o conceito de soberania (JACKSON, 1990; GOLDMANN, 2001). Segundo Axtmann (2004), Jackson (1990) argumenta que os estados surgidos no pós-Segunda Guerra são “quasi-estados”, produtos da vontade de agentes do SI, fonte de sua soberania, que lhes atribuem qualificações jurídicas (*juridical statehood*) que justificam sua existência. Por oposição, estes “quasi-estados” não possuem capacidades intrínsecas para governar (*empirical statehood*) (JACKSON *apud* AXTMANN, 2004, p.263). Nesse sentido, um Estado pode ser soberano sem necessariamente ter as capacidades materiais de manter sua autoridade sobre o território.

A diferenciação entre soberania e autonomia que Axtmann (2004) atribui a Goldmann (2001) oferece uma resposta para esta aparente contradição. A primeira é entendida como um direito legal e a segunda como as efetivas possibilidades de ação do Estado (AXTMANN, 2004, p.263). No campo da soberania, ela é dividida entre “interna” – a legitimidade interna do Estado por seus cidadãos – e “externa” – o reconhecimento por outros estados de sua legitimidade enquanto agente autônomo (GOLDMANN *apud* AXTMANN, 2004, p.263). Naturalmente, essas categorizações não são estanques e dificilmente podem ser observadas isoladamente na realidade.

O fenômeno do Estado Islâmico ilustra a complexidade da aplicação dessas reflexões. Como já apontado, o EI pode ser entendido como um Estado-fantasma (NAPOLEONI, 2016, p.43) visto que apresenta as capacidades internas de um Estado moderno, com destaque para a sofisticada diferenciação funcional (AXTMANN, 2004, p.267), mas é carente do reconhecimento – simbólico e legal – dos atores do SI e de parcela significativa dos residentes dos territórios um dia já controlados. Também é

distribuição de poder. Fundamental para o “sistema” é uma estrutura historicamente produzida e em constante evolução, uma estrutura de entendimentos compartilhados, regras, normas, e expectativas recíprocas. Os conceitos de soberania do Estado, Direito Internacional ou guerra não são fornecidos pelo jogo de política-poder. Ao contrário, compreensões historicamente embasadas e compartilhadas de soberania e guerra moldam a natureza do jogo, como ele será jogado e, muito criticamente, como ele se transformou e evoluiu. [...] A História é relevante em função da extensão com que as sociedades humanas, inclusa a sociedade internacional, apoiam-se em narrativas históricas sobre si mesmas para legitimar noções sobre onde estão e para onde podem estar indo. Um importante elemento no estudo das Relações Internacionais é, portanto, o desvelamento das compreensões dos atores sobre a política internacional e a forma através da qual estas compreensões foram reunidas em padrões inteligíveis, tradições e ideologias.” (HURRELL, 2007, p. 16-17)

importante destacar a dificuldade de empregar a noção de soberania a um projeto político cujas ambições de controle territorial se igualam, no plano da retórica, à superfície planetária.

Walt (2015) em um breve artigo sobre as estratégias de contenção do EI – em um cenário onde a eliminação do grupo dos territórios ocupados por ele estava longe de ser evidente – propõe imaginar um cenário em que o Estado Islâmico esteja geograficamente contido, mas não extinto, e tenha sido bem sucedido em criar instituições sólidas. Sem afirmá-lo diretamente, a concepção do Estado em Walt privilegia as capacidades internas do projeto, isto é, se o EI for capaz de consolidar as instituições políticas necessárias para gerir sua jurisdição com a legitimidade emanando da população, ele será um Estado *de facto*, e, o autor continua, se isso ocorrer, “quanto tempo demorará para outros países reconhecerem o “Estado Islâmico” como legítimo?” (WALT, 2015 – tradução nossa).

Walt aciona Waltz (2002) para defender a tese de que a História dos estados demonstrou que projetos revolucionários ou radicais tendem a ser socializados no sistema ao longo do tempo à medida que adotam posturas menos combativas e demonstram maior disponibilidade a se adequar às normas e condutas dominantes. As práticas mais agressivas são abandonadas em nome do pragmatismo exigido (e imposto) pelos parceiros do SI para que o novo Estado seja considerado digno de parceria. Walt ainda recupera a reflexão de Tilly (1997) a respeito da formação dos estados europeus para justificar seu cinismo diante do desejo partilhado globalmente de ver o EI ser julgado por seus crimes. Em *Coerção, Capital e Estados Europeus* (1997), Tilly constata o caráter brutal das experiências de formação dos estados e a centralidade do lugar social ocupado pela guerra (TILLY, 1997, p. 54) nesses processos. Os estados europeus modernos não foram hostilizados no Sistema Internacional, cujos primórdios residem justamente neste contexto de formação, por sua barbárie, mas se transmutaram em entes nos quais a violência exercida, em oposição a potencial, passou a assumir um papel menos fundamental e a noção de paz ganhou predominância.

Três interessantes pontos podem ser levantados a partir desta reflexão. O primeiro diz respeito à aproximação dela com o ponto de Barrett (2015) sobre as mutações necessárias ao EI para que este se tornasse mais palatável ao SI. Embora as nações europeias tenham registrado primórdios similares em termos de violência

empregada visando à afirmação de seu projeto político, o que se “exige” – no exercício de abstração proposto, visto que os países centrais não fizeram qualquer oferta em troca de bom comportamento, - do EI é que ele realize um salto e se aproxime da concepção de Estado europeu moderno contemporâneo e compartilhe seus valores. Isso demonstra que os perigos da aplicação da Teoria do Estado em trabalhos acadêmicos que adotam o EI como objeto podem igualmente ser observados nas dinâmicas de poder no interior do Sistema Internacional. O funcionamento do SI é orientado por uma lógica “ocidentalista” e eurocêntrica que trata o modelo e as visões de mundo adotadas pelas nações Ocidentais na contemporaneidade como moralmente mais evoluídas e cujo horizonte de expectativa é sua universalização.

O segundo trata de uma conjectura acerca das razões que levaram o EI a adotar esta nomenclatura. Certamente não por acaso, a organização optou por utilizar a palavra Estado, muito antes de ter a configuração organizacional que apresenta hoje ou sequer da declaração do califado realizada apenas em 2014. É possível questionar se a escolha por nomear-se Estado está (1) relacionada a um desejo de aproximação às expectativas do SI, haja vista a necessidade de adequação ao modelo dominante no médio prazo ou (2) está limitada a uma tentativa de produção de uma identidade que carregue o peso e as nuances da compreensão do senso comum do que é um Estado. Ambas as possibilidades correspondem ao mesmo entendimento: o estado-nação – e não o califado islâmico – venceu a disputa pelo modelo político hegemônico. A aceitação desta constatação pelas autoridades do EI pode ter grandes impactos no *corpus* ideológico³² da organização. Walt (2015) ensaia uma reflexão sobre a possível redução do espaço ocupado pela religião no projeto político do Estado Islâmico, por exemplo. Haveria ele de ser reduzido mediante um crescente diálogo com a comunidade internacional visto que a laicidade do Estado é um elemento determinante do Estado moderno na contemporaneidade?

A terceira reflexão proposta, a partir do argumento de Tilly, refere-se à natureza da violência na experiência de consolidação e manutenção do Estado no caso do Estado Islâmico. Atualmente, o autointitulado califado utiliza largamente a violência física –

³² Como tangencialmente abordado na Nota de Rodapé nº 3, é difícil determinar o quanto as lideranças do EI são pessoalmente convictas da importância do elemento teológico na construção do Estado e o quanto é apenas uma retórica política fabricada para convencer.

assassinato, tortura, estupro, amputação de membros – como estratégia visando garantir a submissão da população através da coerção e o assombro da comunidade internacional por meio destas demonstrações de poder, como já discutido no primeiro capítulo. Para Cronin, (2015), “a mensagem central [do EI] é sobre poder bruto e vingança, não sobre legitimidade. Sua brutalidade [...] é designada para intimidar adversários e suprimir o dissenso.” (CRONIN, 2015 – tradução nossa)³³.

Fica subentendido que se o EI optar por investir em sua inserção no SI, isto é, priorizar a legitimidade sobre o poder bruto, estas condutas precisarão ser revogadas ou, ao menos, bastante reduzidas a fim de garantir o reconhecimento de sua legitimidade externa e o respeito a sua soberania por seus pares. A definição de Estado em Weber (BIANCHI, 2014) pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada dessa possível passagem de um contexto de prática cotidiana da violência, entendida como ilegítima, ao monopólio legítimo dos meios de coerção por um Estado Islâmico aceito no SI.

A definição weberiana é fundada, primeiramente, na Sociologia da Dominação³⁴ do autor baseada na compreensão da força física como elemento definidor do Estado por excelência (*Ibidem*, p.84) e no individualismo metodológico (*Ibidem*, p.87) já que os Homens são as unidades de ação desta Sociologia que pressupõe a existência do Estado como diretamente dependente de sua relação com os indivíduos. Duas definições do Estado são extraídas destas duas abordagens, respectivamente: “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima.” (WEBER *apud* BIANCHI, 2014, p.84), e: “[O Estado é uma] “relação de dominação de homens sobre homens”, na qual os dominados submetem-se à autoridade invocada pelos dominantes.” (WEBER *apud* BIANCHI, 2014, p.87). Dentre os diferentes tipos de associações possíveis e, mais especificamente, dentre as diferentes associações políticas existentes, identificamos um Estado quando este cumpre as funções acima mencionadas através de um aparato administrativo que garanta o funcionamento de seus predicados de forma contínua (BIANCHI, 2014, p.89; 91-92).

³³ CRONIN, A. **ISIS Is Not a Terrorist Group.** Disponível em: <https://www.foreignaffairs.org/articles/middle-east/isis-not-terrorist-group> Acesso em: 23 de setembro de 2016.

³⁴ Em Weber, dominação é entendida como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis.” (WEBER *apud* BIANCHI, 2014, p.88)

Em outras palavras, o Estado existe quando há um “território ordenadamente dominado; a capacidade e a disposição para o uso da força sempre que for necessário; uma ação social não exclusivamente econômica; e um quadro administrativo.” (*Ibidem*, p.89-90). A isto se soma a compreensão compartilhada pelos indivíduos da legitimidade da ação dos dominantes sobre os dominados. Deixando provisoriamente de lado a questão da força, a aplicação deste *check list* ao Estado Islâmico oferece uma interessante análise. Em primeiro lugar, o item referente ao território é o que mais afasta o EI do cumprimento dos requisitos. A área controlada pela organização oscila diariamente em função da ausência de soberania e, diante da ausência de estabilidade na delimitação das fronteiras e da ausência de reconhecimento político, não há um entendimento uno acerca do que é o território do EI. A existência e funcionamento de um quadro administrativo e de ações não econômicas foram identificados e discutidos no primeiro capítulo, indicando que há elementos suficientes para atribuir ao EI estas características funcionais.

Por fim, pensar “a capacidade e a disposição para o uso da força sempre que for necessário” (BIANCHI, 2014, p.90) aplicada ao EI, tendo em vista uma eventual alocação do grupo no SI, coloca um novo problema. A trajetória do Estado Islâmico demonstra como a organização teve, e tem, à sua disposição a capacidade e o poder discricionário para empregar a força, mas o faz de maneira autoritária e tacitamente não-acordada com os indivíduos sob seu comando. Segundo a teoria weberiana, para se tornar titular legítimo dos meios de violência, a fim de ser reconhecido pelos pares, o EI precisaria agir em conformidade com a lei (*Ibidem*, p.99) e forjar a habilidade de apresentar-se como o sistema consensual (*Ibidem*, p.100). Trata-se de qual lei e de apresentar-se como consensual a quem? No contexto contemporâneo de internacionalização do Estado (AXTMANN, 2015, p.267), deslocado daquele sobre o qual Weber escreve, é possível argumentar que a lei e a coletividade mais relevantes para o processo de avaliação da legitimidade do EI estão presentes na esfera internacional. São as respostas e as ações desta esfera que definirão o destino do novo Estado no mundo.

Tilly e Writgh fornecem subsídios para pensar esta relação e as particularidades da experiência do EI. Os dois autores convergem no reconhecimento de que as trajetórias de formação do Estado por eles estudadas são processos experimentais

baseados em sucessos e fracassos (*Ibidem*, p.314) e não o resultado de um sofisticado planejamento com intenções claras (TILLY, 1997, p.75). Talvez esta seja a diferença fundamental entre os processos abordados por eles e a dinâmica de formação do EI hoje. O Estado Islâmico é, em alguma medida, um projeto. Naturalmente, não se trata da reprodução de um passo-a-passo desenhado nos mínimos detalhes seguido à risca, mas de um processo de expansão das ambições políticas que culminou no reconhecimento da possibilidade de instaurar um novo estado em um território que compreende dois estados parcialmente desintegrados.

A tradição dos estados europeus é instrumentalizada pelo EI a seu bel-prazer quando este escolhe acionar ou ignorar certos elementos para fortalecer seu projeto político. A mesma tradição é também manipulada pelos agentes do Sistema Internacional a fim de negar ao EI o lugar que deseja ocupar. O Estado Islâmico é um herdeiro bastardo de Vestfália: tem ao seu lado a História e a teoria produzida sobre as experiências anteriores – sucessos e fracassos – e se utiliza das compreensões apreendidas desta longa-duração em sua missão de construção de um Estado. Contudo o descolamento temporal se impõe como um desafio. Instaurar a soberania e garantir sua legitimidade em um mundo onde o Sistema Internacional já está consolidado e não demonstra desejo de abertura a novos membros, principalmente atores que não partilham, no nível da retórica, dos mesmos valores, se colocam como uma barreira.

3.2 Comunicando as Dinâmicas Estatizantes do Califado

Estudar uma linguagem requer um recorte. Para tornar a empreitada de observar “a evolução da linguagem do Estado Islâmico ao longo do tempo” realizável, Vergani & Bliuc (2015, p.8) optaram por analisar as onze edições da Dabiq publicadas entre 2014 e setembro de 2015. Utilizando um software de processamento de linguagem natural e análise de texto, os autores realizam uma análise de conteúdo se debruçando sobre uma ampla gama de objetos: desde a variação das emoções expressas nos textos até a oscilação da manifestação de interesse com temas como mulheres, morte e religião, entre outros. No presente trabalho, o escopo da pesquisa está limitado a artigos selecionados entre as quinze edições da Dabiq disponíveis que abordam diretamente temas ligados aos elementos identificados como fundamentais para o *state building* do

EI. O referencial teórico empregado é o da Análise do Discurso considerando a concepção tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2016).

Em sua obra, o autor identifica o discurso como uma prática social “[...] e não como uma atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.” (FAIRCLOUGH, 2016, p.94) A dimensão de compartilhamento do discurso implica em concebê-lo como um modo de ação, isto é, uma forma de agir no e sobre o mundo, e um modo de representação, considerando a dimensão simbólica daquilo que se enuncia (FAIRCLOUGH, 2016, p.94-95). O discurso está também em uma relação dialética com a estrutura social. Esta relação simultaneamente condiciona e limita as condições de produção e consumo dos eventos discursivos, e contribui para a compreensão do discurso como “socialmente constitutivo” (*Idem*), o que implica dizer que ele caminha com a experiência, construindo-a e representando-a. Fairclough aponta três efeitos deste diagnóstico: ele contribui para a criação de identidades sociais, de relações sociais entre pessoas e de sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2016, p.95). O autor identifica que estes

[...] três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso – o que denominarei as funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas; a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. (FAIRCLOUGH, 2016, p.96)

A relação dialética do discurso com a estrutura social identificada pelo autor pode ser exemplificada pela relação entre a Dabiq e as frentes de ação estatizantes do EI. A primeira é um elemento aglutinador e organizador do discurso do EI sobre si e sobre o mundo contendo nela as três funções elencadas acima, é também produto de uma específica visão de mundo que justifica sua existência – por que razão um Estado precisa de um veículo para transmitir seus feitos e posições? - e a de suas características específicas – uma revista, seu público alvo, o tipo de conteúdo publicado, etc. Igualmente, a Dabiq tem por um de seus objetos práticas sociais não necessariamente discursivas – como as frentes – o que alimentam, condicionam, alterar e são alteradas pelo discurso sobre elas.

Mais especificamente, a Dabiq pode ser entendida com a dimensão textual no diagrama da concepção tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2016, p.105). No retângulo exterior, encontram-se todas as práticas sociais, no seguinte, no interior do primeiro, figuram as práticas discursivas entendidas dentro de seu contexto de produção, distribuição e consumo. Por fim, o terceiro retângulo, dentro do segundo, indica o texto propriamente dito; apenas uma das manifestações possíveis do discurso e objeto de análise do presente trabalho. Sua análise pressupõe o endereçamento de quatro itens: vocabulário – palavras individuais, gramática – palavras combinadas em orações e frases, coesão – ligação entre orações e frases e estrutura textual – “trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos”. (FAIRCLOUGH, 2016, p.107-108).

Relação dialética similar é identificada por Ingram (2016a) na apresentação do que o autor identificou como os *competitive system of control* e *competitive system of meaning* presentes na construção da Dabiq a partir das reflexões de Fall (1998). Fall argumenta que insurgências modernas têm por objetivo implementar seu aparato político-militar e uma agenda alternativa (FALL *apud* INGRAM, 2016a, p.4). Para alcançar o primeiro, aciona-se o *system of control*, que consiste na intervenção prática sobre o mundo, isto é, em ação, o que, na conceptualização de Fairclough, poderia ser entendida como prática social não discursiva. Já o segundo é a oferta do EI de lentes através das quais o mundo deve ser lido e entendido, isto é, de um discurso organizado, referindo-se à dimensão simbólica de seu projeto. Ambas as dimensões trabalham coordenadas com o objetivo de moldar as percepções de seu público-alvo e fortalecer as perspectivas de materialização de seu projeto político.

3.2.1 Burocracia, Economia e Serviços

A edição de inauguração da Dabiq cumpre a função de um guia de iniciação ao Califado e seu programa de governo. Os artigos se sucedem ao longo da publicação em uma lógica de aprofundamento. O primeiro trata da declaração do Califado - seus aspectos práticos e teológicos - para, na sequência, identificar que o mundo está dividido em dois campos - o daqueles que estão do lado do Califado e todos os demais povos e pessoas “liderados pelos Estados Unidos e a Rússia e mobilizados pelos

judeus.” (DABIQ, 2014a, p.10). Ainda no segundo artigo, a terceira coluna recebeu o título de “Um chamado para *Hijrah*”³⁵ e o texto se inicia com uma suposta declaração³⁶ de al-Baghdadi³⁷: “Logo, se apressem, ó muçulmanos, para o seu Estado. Sim, é o seu Estado. Se apressem, porque a Síria não é para os sírios e o Iraque não é para os iraquianos. A Terra é de Allah. [...] O Estado [Islâmico] é um Estado para todos os muçulmanos.” (*Ibidem*, p.11)³⁸. A citação parece indicar certo grau de conciliação entre a manutenção dos estados já existentes e a criação de um novo no mesmo território.

Entretanto, a matéria seguinte se debruça sobre as atividades do EI no que ainda seria o Iraque apontando para uma transferência pretensamente orgânica do mandato político sobre tal território. O texto se inicia:

O Estado Islâmico possui uma extensa história de construção de relações com as tribos dentro de suas fronteiras em um esforço de fortalecimento das fileiras dos muçulmanos, uni-los sob um *iman* e trabalhar juntos pelo estabelecimento do profético Califado. (DABIQ, 2014a, p.12)

O restante do artigo descreve a reunião promovida pelo líder de Assuntos Tribais na província de Halab com representantes das tribos locais. Em destaque - os chamados olhos - foram listados os “serviços e benefícios” prestados pelo EI na região: “retorno dos direitos e propriedade para seus donos legítimos”, “investimento de milhões de dólares importantes para os muçulmanos”, “o clima de segurança e estabilidade desfrutado nas áreas sob a autoridade do Estado Islâmico”, “garantindo a disponibilidade de produtos alimentares e commodities no mercado, especialmente pão”, “a redução da taxa de criminalidade”, “o florescer da relação entre o Estado Islâmico e seus cidadãos”. (*Ibidem*, p.13)³⁹

³⁵ Do árabe, imigração, como já discutido no capítulo anterior.

³⁶ As declarações atribuídas às lideranças do EI majoritariamente não possuem indicação de fonte.

³⁷ Nesta e em outras edições da Dabiq, o nome de al-Baghdadi é substituído por Amirul-Mu'minin, título recebido por califas ou lideranças muçulmanas que reivindicam legitimidade perante uma comunidade.

³⁸ Tradução nossa. Original em inglês: “Therefore, rush O Muslims to your State. Yes, it is your State. Rush, because Syria is not for the Syrians, and Iraq is not for the Iraqis. [...] The earth is Allah’s. [...] The State is for all Muslims.” (DABIQ, 2014a, p.11)

³⁹ Tradução nossa. Original em inglês: “The Islamic State has an extensive history of building relations with the tribes within its borders in an effort to strengthen the ranks of the Muslims, unite them under one iman, and work together towards the establishment of the prophetic Khalifah.”(DABIQ, 2014a, p.12)

Esta lista é sintomática. Independentemente da correspondência ou não entre a enunciação e a concretização dos feitos, com exceção do último ponto, ela aborda diretamente as capacidades materiais do EI em atuar mimetizando as funções de um Estado moderno por meio do emprego de seus mecanismos de coerção, de um dado ordenamento político e estrutura de prestação de serviços. Ainda nesta primeira edição, em uma sessão permanente da Dabiq chamada “As Palavras do Inimigo” (*The Enemy’s Words*), foi publicado texto de autoria de dois especialistas estadunidenses em questões militares com foco no Oriente Médio sobre o estado de coisas na região controlada pelo Estado Islâmico. As partes destacadas do texto, novamente na forma de olhos, são trechos em que a experiência política do EI é valorizada, tais como “ISIS criou um exército multiétnico, quase uma legião estrangeira para proteger seu território” (DABIQ, 2014a, p.33)⁴⁰ e “O grupo não possui um porto seguro dentro de um estado. Ele é um estado *de facto* que é um porto seguro.” (Idem - grifo nosso)⁴¹. Aqui, a estratégia é a da profecia autorrealizável discutida no capítulo anterior: dividida em etapas, identificamos no EI o desejo de ser Estado; o diagnóstico do inimigo afirmando que ele já o é reforça a convicção de que o projeto caminha na direção ambicionada; por fim, a escolha por veicular o oponente contribui para construir no público a percepção de sucesso necessária para a manutenção do apoio – em termos de recursos humanos e financeiros – para a construção da realidade “Estado”.

Reconhecer que os pontos listados acima poderiam ser executados requer identificar a necessidade de uma máquina estatal e de uma economia – especificamente, neste caso, de guerra – plenamente funcionais. Um primeiro dado é a especificidade da atividade econômica empreendida pelo EI. Embora tenha sido dependente financeiramente das monarquias do Golfo, o grupo foi capaz de se autonomizar rapidamente e privatizar sua atuação terrorista (NAPOLEONI, 2016, p.54). A organização investe em várias frentes visando à captação de recursos: são executados roubos a bancos, com destaque para o episódio do assalto ao Banco Central de Mosul,

⁴⁰ Tradução nossa. Original em inglês: “ISIS has created a multi-ethnic army; almost a foreign legion, to secure its territory.” (DABIQ, 2014a, p.33)

⁴¹ Tradução nossa. Original em inglês: “The group does not have safe haven within a state. It is a *de facto* state that is a safe haven.” (*Idem*)

em 2014, do qual o EI saiu com um total de 429 milhões de dólares⁴², sequestros de civis objetivando pagamentos de resgates milionários, tráfico de armas e drogas.

Houve, curiosamente, outra tentativa de autonomizar sua atuação. Embora os efeitos práticos na economia tenham sido próximos a zero, o EI se dedicou em 2014 à criação de uma nova moeda visando à substituição do dinheiro impresso por outras nações:

Em um esforço de libertação da Ummah dos corruptos, do sistema financeiro internacional baseado em interesses, o Estado Islâmico anunciou recentemente a cunhagem de uma nova moeda baseada nos valores intrínsecos do ouro, prata e cobre. (DABIQ, 2014d, p.18)

A cunhagem de uma moeda própria envolve não apenas um movimento por autonomia monetária e independência econômica, posto que o uso de moedas de outros Estados está sujeito aos bancos nacionais desses Estados, ponto central da matéria citada acima. É possível identificar duas práticas inerentes à constituição de um estado no texto: com relação ao funcionamento burocrático está a autorização para a implementação por parte do conselho da Shura, órgão competente e responsável por validar políticas públicas de governo e decisões de Estado. Já sobre a dimensão simbólica, que representa a aspiração não só a um Estado, mas a uma nação islâmica fica demonstrada nos símbolos relacionados a passagens específicas do Alcorão e da *Suna* utilizados nas moedas.

Não coincidentemente, na edição seguinte da Dabiq (2014e, p.58), John Cantlie, jornalista britânico mantido refém e assassinado em 2015 pelo EI, redige um “Especial” no qual discute a tendência de desvalorização do dólar e uma crise monetária global iminente para a qual a solução seria a cunhagem de uma nova moeda com valor intrínseco, como moedas em ouro. O texto, sem referências religiosas, é um editorial que defende tecnicamente a moeda do EI: “É uma forma funcional e prática de moeda que coloca o poder de decidir sobre os gastos nas mãos de empresas e consumidores.” (*Idem*)⁴³. A estratégia indica o duplo apelo da comunicação do grupo, por um lado, é ideologicamente muito posicionada e apela aos afetos de seu público, por outro, aciona a racionalidade e adota um enunciador que representa o aspecto técnico da discussão.

⁴² CAULDERWOOD, K. **Mosul Bank Robbery Isn't The Only Thing Funding ISIS** Publicado em: 13 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.ibtimes.com/mosul-bank-robbery-isnt-only-thing-funding-isis-1601124> Acesso em: 20 de maio de 2016.

⁴³ Tradução nossa. Original em inglês: “It is a workable, practical form of currency that puts spending power into the hands of businesses and consumers.” (DABIQ, 2014e, p.58)

Mais pragmaticamente, o controle sobre os poços e refinarias de petróleo no Leste da Síria e Norte do Iraque permitiu que o grupo extraísse e contrabandeasse este e outros recursos naturais da fértil região e aparecia, nos primeiros escritos sobre o grupo, como a principal fonte de acúmulo financeiro. A venda de petróleo no mercado negro estaria rendendo, em setembro de 2014, entre 1,2 e 2 milhões de dólares por dia⁴⁴. Al-Tamimi (2015a) contraria esta estimativa a partir da análise dos documentos do balanço orçamentário da província de Dar az-Zor referentes ao intervalo entre a última semana de dezembro de 2014 e a última semana de janeiro de 2015⁴⁵. Ele defende que uma estimativa razoável situaria a cifra entre 150.000 e 300.000 dólares por dia.

Como indica a apresentação do Departamento de Estado dos Estados Unidos (DE – EUA) de setembro intitulado *Documenting ISIL'S Antiquities Trafficking*⁴⁶, o tráfico de antiguidades e relíquias figura entre as importantes fontes de renda do EI. A receita é proveniente do sistema de contrabando que permite a venda dos artefatos em locais longínquos por preços que chegam às dezenas de milhares de dólares, das licenças concedidas para exploração de áreas ricas em antiguidades e da taxaço sobre as vendas. As peças roubadas são provenientes de museus e primordialmente de sítios arqueológicos e escavações (SEIF apud HARDY, 2016)⁴⁷; satélites registraram dezenas de escavações ilegais na Síria e há registros fotográficos de destruição e remoção de peças em museus iraquianos⁴⁸. Embora não haja números seguros a respeito dos rendimentos do IE com os saques, Al-Tamimi (2015a) ressalta que o DE-EUA descreve uma cobrança de 20% sobre o valor da venda de artefatos na província de Deir az-Zor. Os recibos indicam dois pagamentos superiores a 10.000 dólares e um em torno de 1000 dólares.

⁴⁴ SANGER, D.; DAVIS, J. **Struggling to Starve ISIS of Oil Revenue, U.S. Seeks Assistance From Turkey**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/09/14/world/middleeast/struggling-to-starve-isis-of-oil-revenue-us-seeks-assistance-from-turkey.html> Acesso em 20 de maio de 2016.

⁴⁵ AL-TAMIMI, A. J. **The Archivist: Unseen Islamic State Financial Accounts for Deir az-Zor Province**. Disponível em: <http://www.aymennjawad.org/17916/the-archivist-unseen-islamic-state-financial> Acesso em: 20 de maio de 2016.

⁴⁶ KELLER, A. **Documenting ISIL'S Antiquities Trafficking**. Disponível em: https://eca.state.gov/files/bureau/final_presentation_to_met_on_isil_antiquities_trafficking_for_das_keller_9.29.2015_.pdf Acesso em 24 de maio de 2016.

⁴⁷ HARDY, S. **ISIS and the missing treasures, the missing treasures and ISIS?** <https://conflictantiquities.wordpress.com/2016/04/28/iraq-syria-uk-islamic-state-antiquities-market-evidence-interpretation-explanation/> Acesso em 20 de maio de 2016.

⁴⁸ MYRES, S.; KULISH, N. **Broken System' Allows ISIS to Profit From Looted Antiquities**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/01/10/world/europe/iraq-syria-antiquities-islamic-state.html> Acesso em 20 de maio de 2016

A remoção de antiguidades não cumpre apenas o papel de abastecer o tráfico e inflar as reservas econômicas do EI, ela também colabora com a erradicação dos vestígios da presença do cristianismo e da Antiguidade Clássica da região. Todos os monumentos, santuários, igrejas e esculturas construídos nos dez séculos de civilização pré-islâmica e nos séculos seguintes de coexistência entre muçulmanos e cristãos foram destruídos. As explosões no sítio arqueológico de Palmyra, recuperado em março de 2016 pela aliança militar liderada pelos Estados Unidos, é o exemplo icônico do projeto do EI de produzir o desaparecimento de qualquer elemento ou influência não muçulmana dos territórios que controla.

A captura de Palmyra – ou Tadmur – como chamada pela Dabiq, é retratada como parte de uma vasta campanha militar que figura na sessão “Relatório” (*Report*) da revista. Todas as edições do periódico possuem esta sessão, que se dedica a resumir as principais atividades e conquistas recentes do Califado. Na nona edição (DABIQ, 2015a, p.31-32), a matéria “Avançando no Oriente e no Ocidente” descreve as direções nas quais as forças militares do EI avançaram desde o último relatório e Palmyra aparece como uma das cidades “liberadas das mãos dos cruzados”⁴⁹ e considerada estratégica pelos seus poços de petróleo. A estrutura do texto segue um modelo tradicional, iniciando-o com o lide, o que aponta não apenas para a familiaridade dos redatores com as práticas jornalísticas mais comuns, mas também para um acúmulo de conhecimento sobre o que é prioritário e deve figurar no início de uma matéria. Neste caso, o conteúdo do lide contribui para uma compreensão do Estado focada nas capacidades materiais em detrimento da legitimidade proveniente de um eventual apoio no Sistema Internacional:

Apesar de formar uma coalizão composta por dezenas de nações, aliada ao seu inimigo regional de longa data - o Irã - cujas milícias se referem a eles como "o Grande Satanás", conduzindo uma implacável campanha de bombardeios no Iraque e Sham, recrutando várias milícias *Sahwah* e facções marxistas curdas e gastando bilhões de dólares para fazer uma guerra midiática, os cruzados só podem assistir impotentes enquanto o Estado Islâmico continua avançando no Iraque e em Sham, expandindo seu território tanto para o Oriente quanto para o Ocidente. (DABIQ, 2015a, p.32)⁵⁰

⁴⁹ A expressão é recorrentemente utilizada na Dabiq para se referir ao território que passou para o controle do EI.

⁵⁰ Tradução nossa. Original em inglês: “Despite forming a coalition of dozens of nations, allying with their longtime regional foe – Iran – whose militias refer to them as “the Great Satan,” conducting a

Ainda sobre a economia da província de Deir az-Zor, aparece como principal fonte de recursos (44,7% do total arrecadado) a confiscação de dinheiro (associado ao pagamento de taxas para realização de viagens e trânsito de mercadorias), propriedade (normalmente de pessoas que abandonaram suas residências) e bens, estes frequentemente ilícitos, como cigarro e álcool (AL TAMIMI, 2015a). Em segundo lugar figura o pagamento de impostos e taxaões que corresponde a 23,7% da arrecadação do período. O total do recolhimento fica na casa dos oito milhões de dólares. Há igualmente uma completa contabilidade das despesas, na qual se destaca a manutenção do aparato militar. Os itens listados “salário de soldados”, “gastos com as bases” e “polícia islâmica” somam 81,9% dos gastos do mês, isto é, cerca de quatro milhões de dólares. Já os serviços públicos receberam apenas 17,7% dos recursos.

O gerenciamento destas consideráveis somas de dinheiro é viável nesta e em outras regiões sob domínio do EI graças a uma sofisticada burocracia planejada e paulatinamente implementada desde os primeiros dias do automeado califado. De acordo com o documento *Princípios da Administração do Estado Islâmico*, legítimo manual redigido por membros do EI para circulação interna, e obtidos por Tamimi (2015b):

Sobre a expansão do Estado Islâmico, o Estado requer um *sistema* islâmico de vida, uma *constituição* pautada no Alcorão e um sistema para implementá-la, e não deve haver supressão do papel das qualificações, habilidades especializadas e da formação da geração atual para *administrar o Estado*. (AL TAMIMI, 2015b – tradução e grifos nossos)

A passagem evidencia o papel proeminente da burocracia e da manutenção do funcionamento tecnicamente adequado do Estado no projeto de poder expansionista do EI. O jornal alemão Deutsche Welle teve acesso a documentos apreendidos⁵¹ por órgãos governamentais e liberados parcialmente para a imprensa que possibilitaram uma

relentless bombing campaign in Iraq and Shām, recruiting various Sahwah militias and Marxist Kurdish factions, and spending billions of dollars to wage media warfare, the crusaders could only watch helplessly as the Islamic State continued advancing in Iraq and Shām, expanding its territory both East and West.” (DABIQ, 2015a, p.32)

⁵¹ BERNING, S. **Documents reveal extensive bureaucratic structures in Islamic State**. Disponível em: <http://www.dw.com/en/documents-reveal-extensive-bureaucratic-structures-in-islamic-state/a-18066309>
Acesso em 20 de maio de 2016.

observação privilegiada das dinâmicas internas do Estado-fantasma EI e o diagnóstico de uma burocracia hierárquica bem estruturada.

A capacidade organizacional do califado produziu um sistema de departamentos para administrar de forma independente os grandes temas da gestão do EI. Os *Diwan's*, como são chamadas estas instituições e simultaneamente o cargo de quem as comanda, se assemelham a compreensão ocidental de ministério e ministro e atuam no âmbito das províncias, isto é, cada uma das dezoito províncias possui seus respectivos *Diwan's* para cada tema da gestão pública. Documentos do EI capturados pelo governo dos Estados Unidos e cedidos à agência Reuters⁵², abordam diretamente dois deles. Um responsável pela exploração de recursos naturais (*Diwan al-Rikaz*), tais como petróleo, e um segundo responsável pelos “espólios de guerra” como escravos, por exemplo. Estes ministérios possuem subdivisões que permitem uma gestão mais especializada e de proximidade. O já mencionado documento do DE-EUA descreve a existência de uma subdivisão de Recursos Naturais e Antiguidades no *Diwan* de Recursos Naturais, para citar um caso.

Em Barrett (2014) há mais detalhes sobre a estrutura administrativa do pretense Califado. Segundo o autor, abaixo do líder absoluto Abu Bark al-Baghdadi se situam dois “deputados” responsáveis por supervisionar todo o território, um no lado iraquiano e o segundo na Síria (*Ibidem*, p.28). É fulcral notar que, embora a retórica do grupo enuncie a destruição dos marcos fronteiriços existentes, sua logística e administração ainda se pautam, em alguma medida, no reconhecimento dos países cujo fim decretou.

Além dos “deputados”, respondem diretamente à Baghdadi o Conselho da *Shura* e o Conselho de *Sharia*. O primeiro é responsável por transmitir os posicionamentos e orientações do califa por toda a linha de comando e garantir que suas decisões sejam cumpridas (BARRETT, 2014, p.29). O segundo é o “mais poderoso órgão do Estado Islâmico” (*Ibidem*, p.30); sua atribuição consiste no controle sobre cumprimento da lei islâmica (*Sharia*) em **todas as** esferas do califado (*Idem*). Abaixo dos citados, figuram cinco conselhos temáticos que se articulam com dirigentes das províncias e municipalidades a fim de executar as recomendações dos conselhos da *Shura* e *Sharia*.

⁵²LANDAY, J.; STROBEL, W.; STEWART, P. **Exclusive: seized documents reveal islamic state's department of 'war spoils'** Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-usa-islamic-state-documents-group-exc-idUSKBN0UB0AW20151228> Acesso em: 20 de maio de 2016.

São eles: o conselho de Segurança e Inteligência, o conselho Militar, o conselho das Províncias, conselho Financeiro e conselho de Mídia (BARRETT, 2014, p.31)

Além das interpretações corânicas do conselho de *Sharia*, ordens e orientações administrativas são frequentemente também realizadas através da emissão de *fatwas*⁵³. Existe um comitê específico para redação e emissão de *fatwas*. Ainda de acordo com os documentos analisados pela Reuters, existe um comitê dedicado à redação e emissão de *fatwas* e o EI teria liberado algumas que abordam contextos em que o estupro de mulheres é autorizado e o procedimento adequado para remoção forçada de órgãos. Em reportagem do The Guardian⁵⁴, as *fatwas* aparecem como instrumento para indicar quais e como as atividades de lazer devem ser praticadas, o código correto de vestimenta, regras de higiene, redefinição do calendário escolar e processos seletivos para Universidades. O uso de *fatwas* para orientar o processo de *statebuilding* e criação de postos de emprego data do início de 2015 (MALIK, 2005) e sua jurisdição, na avaliação das lideranças do EI, se inicia nos territórios controlados na Síria e Iraque se estendendo às áreas do Sudeste Asiático, África e Sinai reivindicadas pelo grupo.

Os burocratas do gênero masculino (a maioria das mulheres foram proibidas de exercer suas profissões) trabalhando em hospitais, serviços municipais e vinculados ao cumprimento da lei e manutenção da ordem foram mantidos em seus cargos. Isto evitaria os possíveis problemas decorrentes de ter um combatente em uma posição de autoridade administrativa (DREAZEN *apud* BASKARAM, 2016, p.6). Um obstáculo a esta política foi a negativa de uma parcela dos burocratas, médicos⁵⁵ e professores⁵⁶ a

⁵³ Fatwas são recomendações sobre a vida prática baseada em interpretação da *Sharia* e que possuem *status* de lei. Podem ser emendas à lei já existente ou novas legislações sobre um tema ainda não abordado.

⁵⁴ MALIK, S. **The Isis papers: behind 'death cult' image lies a methodical bureaucracy** Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/dec/07/isis-papers-guardian-syria-iraq-bureaucracy> Acesso em 23 de maio de 2016.

⁵⁵ Depoimento de um médico sírio natural de Raqqa: “One day ISIS came to me and put pressure on me to join the hospital that they controlled in the city. Most doctors had left Syria and they needed me. But I refused. As a result, I received threats. There was nowhere to hide from them – not in the small villages around Raqqa, nor in the city itself. I began to realize that my only way out was to leave Syria.” Disponível em: <http://www.msf.org/en/article/syria-%E2%80%99Clife-raqqa-was-terrifying-during-day-we-lived-government%E2%80%99s-airstrikes-night-there> Acesso em 26 de maio de 2016.

⁵⁶ Segundo o *Report on the Protection of Civilians in the Armed Conflict of Iraq: 11 December 2014 – 30 April 2015* emitido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pela Missão das Nações Unidas de Assistência ao Iraque, as organizações receberam diversos relatórios denunciando assassinatos de professores que se recusaram a ministrar aulas com o currículo do Estado Islâmico. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Countries/IQ/UNAMI_OHCHR_4th_POCTReport-11Dec2014-30April2015.pdf Acesso em 26 de maio de 2016.

jurar aliança ao Estado Islâmico, o que levou a mortes, prisões e fugas dos profissionais, dificultando o funcionamento destes setores, além das dificuldades estruturais decorrentes da destruição da infraestrutura em virtude da guerra.

Entretanto, este empecilho não impediu o desenvolvimento de políticas públicas em áreas consideradas estratégicas, como a educação. A formação de crianças e jovens segundo os preceitos estritos e interpretações corânicas literais defendidas pelo EI garantiria a continuidade do pretense Califado através de uma geração de combatentes ainda mais focados e bem formados. Em artigo da 12ª edição da Dabiq (2015b, p.33-35), um Abu Thabit al-Hijazi escreveu um artigo em primeira pessoa relatando sua experiência de ter crescido e se educado em um país Ocidental. O texto é um manifesto contra a educação laica, o ensino do método científico e valores como a tolerância e nacionalismo, e é concluído com a imagem de um círculo de meninos sentados vestindo uniformes militares com fuzis no colo enquanto leem o que parece ser uma cópia do Alcorão.

A promessa de uma educação coerente com a orientação moral e teológica do EI e de transformar crianças em soldados resultou em uma transformação vertiginosa no currículo escolar nos territórios controlados. No novo modelo, meninos e meninas acompanham aulas juntos até os seis anos e depois seguem separadamente até os quinze, quando se encerra o equivalente do Ensino Médio. Disciplinas ditas Ocidentais como Inglês, Ciências, Artes, Música e História foram retiradas do currículo, dando lugar às aulas de memorização do Alcorão, Oração (*salat*), Jurisprudência (*fiqh*), vida do profeta Mohammed (*Sura*), além de outros temas islâmicos (BONOTMAN & MALIK, 2016, p.30-31).

As aulas de Educação Física para meninos foram substituídas por “Treinamento Jihadista” (Idem) que consiste em, a partir de livros didáticos, aprender a lutar, a limpar, armazenar e utilizar armas leves e realizar exercícios físicos. Ademais, a partir dos dez anos, garotos podem participar de treinamentos em instalações militares e são também recrutados para atuar em combates como forma de acelerar o processo de doutrinação e formação de jihadistas. Nesta etapa, os jovens passam por um processo de dessensibilização da violência, aprendem a manusear AKA47s e são forjados laços de

lealdade com os colegas e tutores (BONOTMAN & MALIK, 2016, p.37-39). O processo se assemelha fortemente a uma Academia Militar da qual os meninos saem formados e prontos para o combate.

Em paralelo, a propaganda do Estado Islâmico investiu e investe em divulgar suas atividades de fornecimento de infraestrutura socioeconômica básica (NAPOLEONI, 2016, p.20), como reparos de vias públicas e prestação de serviços médicos. Baskaran (2015, p. 7) ressalta que na área da saúde as narrativas midiáticas desenham uma realidade dos hospitais e clínicas muito diferente daquela experimentada pelos residentes. Segundo o argumento, os melhores equipamentos e médicos são reservados ao alto escalão da organização e utilizados para tratar os combatentes feridos. Ao restante da população, o acesso aos cuidados médicos é limitado e frequentemente dificultado pelo próprio EI que impede a entrega de kits humanitários com remédios e a saída dos indivíduos das áreas sitiadas ou controladas.

O conteúdo compartilhado na Dabiq, entretanto, aponta para um cenário completamente diverso. Com fotos de corredores limpos e maquinários de ponta, a matéria sobre o sistema de saúde sob os auspícios do EI (DABIQ, 2015, p.24-16) informa números sobre procedimentos – exames, procedimentos cirúrgicos de menor e maior complexidade, doações de sangue – e detalha a formação profissional dos médicos, enfermeiros e farmacêuticos que compõem as equipes. O texto aponta para uma defesa do monopólio dos saberes médicos pelo Estado e o pressuposto de se tratar dever do Estado o provimento de serviços básicos para seus cidadãos, como já discutido anteriormente. Ademais, a propaganda específica sobre os serviços de saúde cumpre ao menos duas funções: produzir a sensação no público leitor de que o Estado é funcional e capaz de responder às necessidades de seus integrantes, ou seja, garantir a legitimidade do projeto, e, um objetivo mais prático, é estimular a vinda de estudantes e médicos para as regiões controladas com a promessa de encontrar, não apenas instrução e trabalho, mas boas condições para o exercício do ofício.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o fenômeno Estado Islâmico hoje consiste em aceitar estar constantemente atrasado. O objeto de análise deste trabalho, as narrativas sobre a construção de um Estado pelo Estado Islâmico na revista Dabiq, pode servir de epítome a este diagnóstico. Quando iniciada a pesquisa, a última edição da revista já havia sido publicada há meses e substituída por Rumiya, um periódico de orientação editorial ligeiramente diferente. A discussão sobre o que o Estado Islâmico entendia por Estado também soa anacrônica visto que este objetivo não parece mais plausível à medida que a organização perde a quase totalidade de seus territórios controlados. Autora atrasada; Estado Islâmico desaparecendo?

Ao que tudo indica, a existência do Estado Islâmico como um estado-fantasma será efêmera. Formalmente declarado em 2014, encontraria seu fim em 2017 ou 2018? Talvez sua natureza organizacional se transmute, seus objetivos sejam alterados e a formação de seus quadros siga diretrizes, treinamentos e narrativas diferentes. Há espaço apenas para interrogações. Este trabalho procurou demonstrar, a despeito do futuro e das transformações do Estado Islâmico, que este é um projeto excepcional e que as concepções vigentes sobre Estado moderno e sobre a guerra podem e devem ser acionadas e repensadas para analisar objetos contemporâneos únicos, tais como o EI. O califado de Baghdadi coexiste com o Sistema Internacional de países que o nega e combate em um mundo onde estados autoritários se dissolveram por meio da guerra ou pela simples anomia. As identidades que um dia foram definidas pela vinculação ao estado-nacional parecem estar cada vez mais associadas a elementos locais e religiosos. O acionamento da violência física visando à formação de estados parecia estar minguando.

Neste contexto, o Estado Islâmico ousou ser Estado, mas não apenas: ousou ser violento e arbitrário, teocrático e antiocidental, provedor de serviços e burocrático, incentivador de engajamento civil e, principalmente, autor midiático profissional e sofisticado. Como unir tantas e tão diversas (e opostas?) categorias na compreensão de um projeto político? Longe de ambicionar tamanha responsabilidade, este trabalho

ensaiou primeiros e pequenos passos e propôs alguns caminhos de análise para reflexões futuras. Imergindo de volta à insurgência ou não, herdeiro de Vestfália que é, o Estado Islâmico deixará também os seus. O EI legará o terror e este continuará entre nós como tema incontornável nos esforços de compreensão sobre o mundo que nos cerca.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-TAMIMI, A. J. **'Principles in the Administration of the Islamic State'- Full text and translation.** 2015b. Disponível em: <http://www.meforum.org/5700/islamic-state-master-plan> Acesso em: 27/05/2016.

AL-TAMIMI, A. J. **The Archivist: unseen islamic state financial accounts for deir az-zor province.** 2015a. Disponível em: <http://www.aymennjawad.org/17916/the-archivist-unseen-islamic-state-financial>. Acesso em: 24/05/2016.

ANDERSON, B. In: **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Pp. 9 – 34.

ANDREW, K. **Documenting ISIL'S Antiquities Trafficking.** Acesso em: 24/05/2016.
ARMSTRONG, K. In: **Islam - A Short Story.** New York: The Modern Library, 2002. Pp. 156 – 175.

AXTMANN, R. **The State of the State: the model of the modern state and its contemporary transformation.** *International Political Science Review*, v.25, n.3, p.259 – 279, 2004.

BARKEY, K.; PARIKH, S. **Comparative Perspectives on the State.** *Annual Review of Sociology*, v.17, p.523 – 549, 1991.

BARRETT, R. **The Islamic State.** *The Soufan Group*, 2014. Acesso em: 20/05/2016.

BARETT, R. **We cannot destroy Isis, so we will have to learn to live with it.** 2015. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/voices/we-cannot-destroy-isis-we-will-have-to-learn-to-live-with-it-10334244.html>>. Acesso em: 20/09/2016.

BASKARAN, A. **The Islamic State Healthcare Paradox - A Caliphate in Crises.** *Student Pulse*, v.7, n.07, p.1 – 12, 2015. Disponível em: <http://www.studentpulse.com/articles/1054/the-islamic-state-healthcare-paradox-a-caliphate-in-crisis>>. Acesso em: 20/05/2016.

BERNING, S. **Documents reveal extensive bureaucratic structures in Islamic State.** Acesso em: 20/05/2016.

BIANCHI, A. O Conceito de Estado em Max Weber. **Lua Nova**, São Paulo, v.92, p.79 – 114, 2014.

BILGER, A. **ISIS Annual Reports reveal a metrics-driven military command.** Washington, 2014. Disponível em:

http://www.understandingwar.org/sites/default/files/ISWBackgrounder_ISIS_Annual_Reports_0.pdf.

BONOTMAN, N.; MALIK, N. **The Children of Islamic State**. Quilliam Foundation, 2016. Acesso em: 18/05/2016.

COCKBURN, P. **A Origem do Estado Islâmico - O Fracasso da "Guerra ao Terror" e a Ascensão Jihadista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CRONIN, A. **ISIS is Not a Terrorista Group**. *Foreign Affairs*, Março/Abril 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/isis-not-terrorist-group>.

CRONIN, A. **ISIS is More Than a Terrorist Group**. *Foreign Affairs*, Março 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-03-23/isis-more-terrorist-group>.

DABIQ. 2014a. V. 1 Disponível em: <https://clarionproject.org/docs/isis-isil-islamic-statemagazine-Issue-1-the-return-of-khilafah.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2017.

DABIQ. 2014b. V.2 Disponível em: <https://clarionproject.org/docs/isis-isil-islamic-statemagazine-Issue-2-the-flood.pdf> Acesso em: 26 de maio de 2017.

DABIQ. 2014c. V. 4 Disponível em: <https://clarionproject.org/docs/islamic-state-islamagazine-Issue-4-the-failed-crusade.pdf> Acesso em: 26 de maio de 2017.

DABIQ. 2014d. V.5 Disponível em: <https://clarionproject.org/docs/isis-isil-islamic-state-magazine-issue-5-remaining-and-expanding.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2017.

DABIQ. 2014e. V.6 Disponível em: <https://clarionproject.org/docs/isis-isil-islamic-state-magazine-issue-6-al-qaeda-of-waziristan.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2017.

DABIQ. 2015a. V. 9 Disponível em: <https://clarionproject.org/docs/isis-isil-islamic-state-magazine-issue+9-they-plot-and-allah-plots-sex-slavery.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2017.

DABIQ. 2015b. V.12 Disponível em: <http://clarionproject.org/wp-content/uploads/islamic-state-isis-isil-dabiq-magazine-issue-12-just-terror.pdf> Acesso em: 29 de agosto de 2017.

Department of State - United States of America. **Information that leads to the significant disruption of...Oil and Antiquities Benefiting the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL)**. Acesso em: 20/05/2016.

FAIRCLOUGH, N. Teoria Social do Discurso. In: **Discurso e Mudança Social**. 2a ed. Editora: UnB, 2016.

HARDY, S. **ISIS and the missing treasures, the missing treasures and ISIS?** Acesso em: 20/05/2016.

HASSAN, H. **What ISIL really thinks about the future.** 2017. Disponível em: <<https://www.thenational.ae/opinion/what-isil-really-thinks-about-the-future-1.91394>>. Acesso em: 04/07/2017.

HOFFMAN, B. **Inside Terrorism.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2006. p.1 –41.

HURRELL, A. In: **On Global Order.** New York: Oxford University Press, 2007. Pp. 1 – 25.

INGRAM, H. **An Analysis of Inspire and Dabiq: Lessons From Aqap and Islamic State's Propaganda War.** *Studies in Conflict & Terrorism*, p. 1 – 45, 2016.

INGRAM, H. **An Analysis of Islamic State's Dabiq Magazine.** *Australian Journal of Political Science*, p. 1 – 20, 2016.

KALDOR, M. In Defense of New Wars. **Stability**, Canadá, v.2, n.1, p.1– 16, Março 2013.

KALDOR, M. **Why Another 'War on Terror' Won't Work.** Publicado em: 17/11/2015. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/why-another-war-on-terror-wont-work/> Acesso em 27 de maio de 2016.

KALDOR, M. In: **Old and New Wars.** Stanford: Stanford University Press, 1999. Pp. 1 – 30.

KATZ, R. **ISIS's Mobile App Developers Are in Crisis Mode.** 2016. Disponível em: https://motherboard.vice.com/en_us/article/qkj34q/isis-mobile-app-developers-are-in-crisis-mode Acesso em: 23/10/2017.

KLAUSEN, J.; JOHNSON, A. **How ISIS' European Cells Really Operate.** 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-03-29/lone-wolves-no-more>>. Acesso em: 15/11/2016.

LANDAY, J.; STROBEL, W.; STEWART, P. **Exclusive: seized documents reveal islamic state's department of 'war spoils'.** Acesso em 20 de maio de 2016.

LEWIS, J. D. **MIDDLE EAST SECURITY REPORT 21 - The Islamic State: a Counter-Strategy for a Counter-State.** Washington, 2014.

MALANTOWICZ, A. **Civil War in Syria and the 'New Wars' Debate.** *Amsterdam Law Forum*, v. 5, n. 3, p. 52 – 60, 2013.

MENDELSON, B. **ISIS Lone-Wolf Strategy**. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-08-25/isis-lone-wolf-strategy>>. Acesso em: 12/11/2016.

NAPOLEONI, L. **A Fênix Islamista: o estado islâmico e a reconfiguração do oriente médio**. Primeira ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

PELLERIN, C. **Communicating Terror: an Analysis of ISIS Communication Strategy**. 2016.

POSEN, B. **Contain ISIS**. 2015. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/11/isis-syria-iraq-containment/416799/>>. Acesso em: 18/09/2016.

(PSEUDÔNIMO), D. M. **Syria: “life in Raqqa was terrifying. during the day we lived with the government’s airstrikes; at night there were coalition airstrikes”**.

SANGER, D.; DAVID, J. **Struggling to Starve ISIS of Oil Revenue, U.S. Seeks Assistance From Turkey**. Acesso em: 20/05/2016.

SCHMID, A. P. **Challenging the Narrative of the “Islamic State”**. 2015. Disponível em: <<https://www.icct.nl/wp-content/uploads/2015/06/ICCT-Schmid-Challenging-the-Narrative-of-the-Islamic-State-June2015.pdf>>.

SHRODER, L. **What if the Islamic State Won?** 2015. Disponível em: <<https://news.vice.com/article/what-if-the-islamic-state-won>>. Acesso em: 18/09/2016.

STERN, J.; BERGER, J. **ISIS - The State of Terror**. Nova Iorque: Harper Collins, 2016.

STUPM, J.; DIXIT, P. **Critical Terrorism Studies - An Introduction to Research Methods**. New York: Routledge, 2013

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: da Universidade de São Paulo, 1997. Pp.45 – 156.

RAPOPORT, D. **The Four Waves of Modern Terrorism**. 2002. Disponível em: <<http://international.ucla.edu/media/files/Rapoport-Four-Waves-of-Modern-Terrorism.pdf>>.

VERGANI, M.; BLIUC, A. **The evolution of the ISIS’ language: a quantitative analysis of the language of the first year of Dabiq magazine**. *Sicurezza, Terrorismo e Società* 2, p. 7 – 20, 2015.

WEISS, M.; HASSAN, H. **Estado Islâmico - Desvendando o Exército do Terror**. 1.ed. São Paulo: Seoman, 2015.

WRIGHT, H. T. **Early State Dynamics as Political Experiment.** *Journal of Anthropological Research*, v.62, n.3, 2006, Pp. 305 – 319.